

ATA N.º 8/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2021:

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU) e António Manuel Prioste Salvador (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ferrel, de Peniche, da Serra d'El-Rei e da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho Aparício (CHEGA), Ana João dos Santos Lima (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Carlos Alberto Reis Silva (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU) e Margarida da Silva Martins (PSD) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público, por videoconferência (através de marcação prévia, com 48 horas de antecedência, para 262 780 100 (Ext. 304) ou assembleia.municipal@cm-peniche.pt).

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município, para o ano de 2021 (modificação 23);

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2022;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2022;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2022;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes

Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2022;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2022;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2022;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Município de Peniche;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

A senhora Natália Susana Colaço Rocha (PS) compareceu no decurso da sessão, durante a prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

O senhor Carlos Alberto Reis Silva (PS) encontrava-se a substituir o senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), que comunicou a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Carlos Manuel da Silva Leite da Costa, este último, em substituição da senhora Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselene Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Não foram disponibilizadas atas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

Disse que a análise da documentação recebida foi difícil, porque chegou dentro do limite legal e atendendo ao facto de ser em época natalícia dificultou ainda mais a sua análise e, também, pelo facto de os documentos, nomeadamente os documentos previsionais, terem disso disponibilizados em PDF o que impediu a consulta rápida. Solicitou que este tipo de documentos pudesse ser disponibilizado num formato possível de fazer uma pesquisa mais simplificada.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Deu conta que a sessão da Assembleia Municipal não estava a ser transmitida na página do Facebook do Município. Solicitou que, se possível, a situação fosse retificada.

Presidente da Mesa, Raul Farto (PS):

Disse que a questão da transmissão através do Facebook teria de ser analisada em sede de Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que o senhor Presidente da Mesa deveria ter sido alertado, mas os serviços têm conhecimento que a proposta referente à transmissão no Facebook foi apresentada na sessão da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2021, foi aprovada por unanimidade e está em vigor, logo, até que houvesse uma nova deliberação esta manter-se-ia.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o facto de a transmissão não estar a ser transmitida no Facebook não era um problema, mas na página do Município era obrigatória, porque até nova deliberação, a que está em vigor teria de ser cumprida e respeitada.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Relembrou que a proposta apresentada foi no sentido de as sessões serem divulgadas e transmitidas na página do Facebook do Município, uma vez que no site do Município estava previsto por lei, como foi referido, e bem, pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Apresentou, verbalmente, em nome da Bancada da Coligação Democrática Unitária, o seguinte voto de pesar:

«Faleceu no passado dia 25 de dezembro de 2021, Carlos José Antunes dos Santos, do quadro de honra dos Bombeiros Voluntários de Peniche, desde 2011.

Um cidadão que dedicou parte da sua vida aos Bombeiros Voluntários, uma pessoa humilde, com um coração gigante, sendo, ainda, um dos grandes dinamizadores da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Peniche.

Partiu o homem. Ficou no coração o amigo.

Apresentamos as nossas condolências à família e aos Bombeiros Voluntários de Peniche.»

Vítor Agostinho (CDU):

Apresentou, verbalmente, em nome da Bancada da Coligação Democrática Unitária, o seguinte voto de pesar:

«Foi com pesar que o Grupo Municipal da CDU, recebeu a notícia do falecimento de António Miguel Franco, no passado mês de novembro.

António Miguel Franco, natural do Casal Salgueiro, Lugar da Estrada, nascido a 29 de setembro de 1944, é detentor de um percurso reconhecido e permanente no tecido associativo no nosso concelho, lutador em prol de causas pela comunidade e detentor de uma energia contagiante. Exerceu diversos cargos, em diversas Associações, destacando-se a Fundação da Associação “Mão Amiga”, no Lugar da Estrada, demonstrando sempre que possível ser útil e ativo na idade sénior.

Pelo nosso amigo António Franco, pela sua maneira simples de ser e pela dedicação e espírito de missão, onde sempre cultivou o respeito e amizade daqueles com quem se relacionou, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de pesar e manifeste à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar.»

José Monteiro (CDU)

Apresentou, em nome do Grupo da CDU, a seguinte proposta:

«Considerando que:

1 - As reuniões do Órgão Executivo, para o mandato 2021/2025, passaram a realizar-se quinzenalmente, sendo a segunda reunião pública, conforme a deliberação do executivo;

2 - Importa fomentar uma cultura de participação e de cidadania ativa;

3 - Aproximar as aspirações dos eleitores à atuação política e pública, permitirá ganhos substantivos na transparência dos processos e das decisões.

4 - É da máxima importância a participação e conseqüente envolvimento dos munícipes na vida do seu concelho.

5 - Esta decisão provoca a diminuição da democracia participativa dos cidadãos do concelho e rompe com a tradição existente no município, nesta matéria.

A Assembleia Municipal de Peniche delibera por isso, propor à Câmara Municipal a alteração da periodicidade das suas reuniões, tendo em conta os pressupostos assim enunciados, que está consignado no artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no sentido de existirem duas sessões por mês, abertas à intervenção do público. Tal facto, impulsionará a redefinição da confiança que tem que existir entre representantes e representados, e insta aos cidadãos a partilharem com os seus representantes soluções pelo diálogo permanente e escuta objetiva direcionada para o interesse público e bem comum.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos de pesar:

«A Assembleia Municipal de Peniche apresenta o seu profundo e público pesar pelo falecimento da senhora Maria Marques da Conceição Monteiro, mãe do nosso colega Deputado Municipal, José Monteiro Henriques da Rocha, endereçando aos familiares e amigos as nossas mais sinceras e sentidas condolências.»

«A Assembleia Municipal de Peniche apresenta o seu profundo e público pesar pelo falecimento da ex-vereadora e ex-membro da Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia, Dra. Clara Maria Bruno Filipe, endereçando aos seus familiares, amigos e Partido Social Democrata as nossas mais sinceras e sentidas condolências.»

«A Assembleia Municipal de Peniche apresenta o seu profundo e público pesar pelo falecimento do senhor José Eduardo Ferreira Rainha, ex-tesoureiro e ex-membro da Assembleia de Freguesia de Ferrel, ex-funcionário do Município de Peniche e militante n.º 1 da concelhia de Peniche do Partido Socialista, endereçando aos seus familiares, amigos e Partido Socialista as nossas mais sinceras e sentidas condolências.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se associava, naturalmente, a todos os votos proferidos.

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de louvor:

«A bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche saúda todos os atletas, treinadores, familiares, clubes e instituições do nosso concelho que muito têm feito no plano desportivo.

Propomos um voto de louvor por mérito desportivo aos seguintes atletas:

- Telma Santos que se sagrou campeã mundial na modalidade de badminton, na categoria de mais de 35 anos;

- Margarida Cabaço, do Clube Stella Maris, campeão nacional de sénior C;

- Érica Glória, do Clube Stella Maris, campeã nacional sub-15, feminino individual;

- Santiago Batalha, do Clube Stella Maris, campeão nacional sub-17, masculino individual;

- Destacar, também, a equipa feminina de sub-19, do Clube Stella Maris, constituída por Margarida Cabaço, Érica Glória, Carolina Silva e Tatiana Soeiro campeãs nacionais.»

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de saudação:

«A bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche saúda ainda todo o tecido associativo do nosso concelho.

Felicitemos e propomos um voto de saudação às seguintes instituições:

- à União Recreativa, Desportiva e Cultural do Paço pelo seu (quinquagésimo) 50.º aniversário;

- aos Agrupamentos de Escuteiros 512 de Peniche e 1228 de Atouguia da Baleia pela organização das comemorações dos 50 anos do Núcleo do Oeste do Corpo Nacional de Escutas (1.11.2021);

- à Cercipeniche pelo seu 44.º (quadragésimo) aniversário, que contou com uma homenagem ao Professor Rogério Cação;

- à Sociedade Filarmónica União 1.º de Dezembro pelo seu 119.º (centésimo décimo nono) aniversário (01.12.2021).»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que, obviamente, a Bancada do Partido Socialista se associava a todos os votos apresentados, em especial ao voto de pesar ao senhor José Rainha, alguém com quem o Partido Socialista e ele, em particular, tinham uma excelente relação, tendo ficado

em choque com toda a situação. Referiu que o senhor José Rainha foi, também, membro da Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia.

Associaram-se também aos votos de louvor.

Propôs, em nome da Bancada do Partido Socialista, um voto de louvor ao senhor Professor Francisco Fidalgo Félix, que recebeu o prémio de excelência atribuída à fotografia intitulada "*Tão Natural*", no passado dia 10 de dezembro, por parte da Casa das Ciências.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Apresentou um voto de louvor ao atleta Abel Afonso, de Ferrel, da modalidade de Triatlo, que se sagrou vice-campeão Nacional em Juniores na distância olímpica, no passado dia 16 de outubro de 2021, em Portimão.

Referiu, ainda, a representação de Portugal na Taça da Europa de Elites, onde alcançou um honroso 45.º lugar.

Apresentou, também, um voto de louvor à Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense e à sua nova Direção, pelo excelente trabalho e pela prova de resiliência com que têm estado a desempenhar as suas funções, na revitalização do espaço e na reativação da própria Associação.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Solicitou que se fizesse um minuto de silêncio pelos votos de pesar apresentados.

Deliberação n.º 57/2021: Submetida a votação, foi a proposta para alteração da periodicidade das reuniões da Câmara Municipal de Peniche, apresentada pela Bancada da Coligação Democrática Unitária, aprovada por maioria, com quinze (15) votos a favor, sete (7) votos contra e três (3) abstenções.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

Passando a Assembleia à apreciação do ponto em epígrafe, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Francisco Lourenço (GCDEPP):

Congratulou o executivo municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, pela Estratégia Local de Habitação, claramente, um projeto edificador que visa resolver, de uma vez por todas, os graves problemas de habitação no nosso concelho, não somente a habitação social, a atribuição de casas às famílias mais carenciadas, mas, também, resolver o problema das barracas existentes no acabamento de etnia cigana, quer na cidade, quer no concelho. Enalteceu o facto de não se tratar, apenas, de um programa de atribuição de casas, existem medidas bastante importantes, nomeadamente, no acompanhamento das famílias na procura de soluções para os grupos desfavorecidos, concretamente, os sem abrigo e as vítimas de violência doméstica. Referiu que a questão da habitação para os estudantes e, também, a preocupação com a aquisição de casas ou aluguer de casas para casais jovens, tendo em conta o estado atual do mercado do arrendamento e de aquisição, até porque o mercado de arrendamento é curto, com preços médios muito elevados para os rendimentos médios do nosso concelho, e também o custo da habitação nova, face à lei da procura e da oferta, que estão com valores médios, por

metro quadrado, muito elevados, tendo em conta os rendimentos que as famílias do nosso concelho auferem. Concluiu dizendo que se tratava de uma estratégia muito ambiciosa se todos trabalhassem no sentido de atingir os objetivos, pois no final teriam um concelho melhor, com melhores condições de vida, porque todos querem ter um concelho mais desenvolvido sem esquecer os mais desfavorecidos, pelo que o rigor deveria estar presente nestas medidas, pois continuarão a existir pessoas pobres e pessoas que são, estatisticamente, muito pobres.

Francisco Salvador (PSD):

Começou por lamentar as condições em que a sessão da Assembleia Municipal estava a decorrer, embora soubesse que era difícil encontrar outras soluções, no entanto, esperava que futuramente houvesse uma outra solução que resolvesse aquele constrangimento, pois era muito mau para a democracia não se conseguir reunir vinte e cinco deputados numa sala para tratar os assuntos importantes para o município.

Demonstrou grande preocupação com tudo o que se passava no nosso concelho, relativamente à Saúde Pública, mais concretamente, em relação à questão da pandemia da Covid-19. Referiu que, de facto, as condições existentes, até ao momento, eram deploráveis. Relatou que, quando se deslocou ao Centro de Saúde para lhe ser administrada a terceira dose da vacina, a espera foi feita numa tenda, de pé, ao frio, onde a inscrição do questionário para a vacinação foi feita nas costas de quem estava ao seu lado com a mesma finalidade, devido à falta de mesas para o efeito, e após a chamada para a toma da respetiva vacina, seguiam todos para uma sala que não tinha 56m², e onde se encontravam 36 pessoas sentadas. Referiu que tinha conhecimento que o Ministério da Saúde tinha um plano para criar um Centro de Vacinação em Peniche, e esperava que a Autarquia negociasse, o melhor possível, as condições para que a vacinação em Peniche procedesse com a dignidade que todos os utentes merecem.

Informou que, infelizmente, no nosso concelho apenas a farmácia da Serra d'El-Rei aderiu ao sistema de vacinação, permitindo às pessoas a testagem de forma gratuita. Para além daquela farmácia, existe um Laboratório que realiza testes, no entanto, é muito pouco, numa altura em que é necessário testar. Acrescentou que, evidentemente, a Câmara Municipal não tinha vocação integral para se substituir às entidades do Ministério da Saúde e também não poderia impor junto das Farmácias que aceitassem fazer parte daquilo que elas próprias deveriam impugnar, para servir condignamente os cidadãos, todavia, há concelhos limítrofes que criaram condições para testar, suportando a Autarquia alguma verba para a presença de técnicos devidamente balizados para fazer certificação de testes, permitindo que as coisas possam decorrer. Expressou que, na sua opinião, deveria haver, em Peniche, mais do que uma farmácia como a da Serra d'El-Rei, a quem o Partido Social Democrata expressou o reconhecimento pela forma como se predispôs a assumir essa função, mas seria bom que houvesse da parte de todos, a começar pela Autarquia, mas também por outras entidades, as condições para que se pudessem prestar serviços como este, a testagem gratuita, a todos os cidadãos que pagam os seus impostos, como todos os outros no resto do país.

Henrique Estrelinha (PS):

Relativamente à votação da proposta da Coligação Democrática Unitária, lembrou que quando a Coligação Democrática Unitária governou a Câmara Municipal, no mandato 2009-2013, também reduziu o número de reuniões públicas e de reuniões

mensais, no entanto, o Partido Socialista votou favoravelmente a proposta em nome da democracia.

Começou por enaltecer o movimento associativo e os agentes culturais que participaram nos eventos de Natal promovidos pelo Município e, também, enalteceu uma novidade, naquilo que é a organização administrativa do nosso país, que foi apresentada pelo senhor Primeiro Ministro no Congresso da Associação Nacional de Municípios, a criação de uma grande Região Administrativa - NUTS II, que será a Região de Lezíria, Oeste e Médio Tejo, que possibilitará facilitar determinados processos administrativos do nosso Município e, também, da Região Oeste.

Sobre o Posto da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, disse que o processo iniciou no mandato 2013-2017, no mandato 2017-2021 a Câmara Municipal não foi capaz, de forma célere e eficaz, de instalar aquele posto, em conjunto, obviamente, com o Ministério da Administração Interna em Atouguia da Baleia. Disse que esta situação os preocupava, porque a atividade da GNR no nosso concelho é na zona rural e é lá que deve estar o posto. Relembrou que tem sido constantemente solicitado o cronograma que nunca lhes foi disponibilizado.

Perguntou se existia algum projeto, após a demolição do edificado, para a Rua 13 da Infância.

Relativamente a algumas declarações feitas pelo senhor Presidente da Câmara, referiu que o senhor Presidente falou num Terminal de Cruzeiros e, também, na demolição do Bairro do Calvário. Sobre a possibilidade de ter um Terminal de Cruzeiros, disse que Peniche não tem um porto de águas profundas, nem se prevê que possa vir a ter, por outro lado Lisboa tem um Terminal de Cruzeiro, o que o Partido Socialista defende é uma Marina Urbana, e ficaram satisfeitos por estar mencionado nas Grandes Opções do Plano, e deveriam trabalhar para que isso aconteça. Quanto ao Bairro do Calvário, referiu que o Partido Socialista defende que aquele bairro não seria para demolir, seria para requalificar, e estranharam as declarações efetuadas.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

Teve a oportunidade de participar no Congresso da Associação Nacional Municípios Portugueses com o senhor Presidente da Assembleia Municipal e com o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, onde fez uma intervenção sobre as ligações das telecomunicações por via aérea. Trata-se de um problema transversal a todos, que tem que ver com os fios e cabos de telecomunicações. Disse que ao passar pelas aldeias, pelas vilas e pela cidade constata nas paredes a atravessar os arruamentos dezenas de cabos e rolos de fios, alguns deles devolutos, porque as empresas de telecomunicações são muitas e cada vez que se muda o contrato com uma empresa são colocados cabos novos e o fio que lá existia ninguém o retira.

O outro problema tinha que ver com a iluminação pública. Expressou que, enquanto Presidente de Junta, antigamente quando havia uma lâmpada fundida as pessoas podiam contactar a EDP dando conta da situação, atualmente não, são empresas que fazem esse serviço, mas as pessoas vão constantemente à Junta de Freguesia dando conta das situações, a Junta de Freguesia reporta à Câmara Municipal e para a empresa, no entanto, ninguém dá resposta e quem sofre as consequências é o senhor Presidente da Junta de Freguesia que não resolve os problemas.

Em relação ao Posto da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, viu uma notícia no Jornal “*Gazeta das Caldas*” dando conta que o Ministério da Administração Interna iria fazer um investimento de 175 000,00 euros na recuperação do Posto da GNR. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento desta situação. Informou, ainda, que na vila de Atouguia da Baleia o Laboratório Germano de Sousa também faz testes gratuitos.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche tem como objetivo dar dignidade à casa da democracia do concelho de Peniche, sem entrar em polémicas e, sobretudo, olhar para o futuro, no sentido de resolver os problemas concretos da população e dizer-lhes que poderiam contar com o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Perguntou sobre o ponto de situação do investimento, de cerca de meio milhão de euros, para remoção de amianto nas Escolas D. Luís de Ataíde, Escola EBI 1, 2,3 de Peniche e na Escola Básica 2,3 de Atouguia da Baleia que, a acontecer, na sua opinião, tratando-se de um problema de saúde pública, era um investimento extremamente importante para o ambiente. Adiantou que este assunto foi, por diversas vezes, abordado pelo senhor Presidente da Câmara e quando surgiu uma oportunidade soube agarrá-la e por isso deu os parabéns ao senhor Presidente, porque entendia ser esta a forma nobre de estar na política, informar a população dos objetivos que se tem e cumprir, apesar de não ser possível cumpri-los a todos, porque muitas das vezes se está dependente de diversas circunstâncias.

Em termos de Estratégia Local de Habitação, deu os parabéns e disse que esta estratégia deveria ser uma prioridade, aliás, a senhora Secretária de Estado da Habitação deu os parabéns e disse que a Câmara Municipal de Peniche era um exemplo, porque estava preocupada com a habitação, e com esta liderança, a Câmara Municipal de Peniche irá acabar com um problema, que tem décadas, os acampamentos.

Sobre o Bairro do Calvário, disse que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche não defende a sua recuperação, defende habitações novas, sobretudo, dignas para a população.

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse que a pandemia da Covid-19 é realmente uma preocupação que está na ordem do dia, e tem sido importante a colaboração do Município, relativamente ao Agrupamento de Centro de Saúde Oeste Norte, de forma a garantir condições de qualidade e de agilização do processo de vacinação, tanto com apoio logístico, por parte do município, como em termos de recursos humanos. Salientou que finalmente o ACES Oeste Norte aceitou mais um apoio, o Centro de Vacinação, que passará a funcionar no Pavilhão da Escola D. Luís de Ataíde, algo de que nos deveríamos congratular, uma vez que irá proporcionar melhores condições à população. Acrescentou que tem, também, feito a diferença, para as famílias do nosso concelho, o Plano de Intervenção Extraordinário da Ação Social para a Covid-19. Terminou reconhecendo e agradecendo o esforço de todos, sejam profissionais de saúde, forças de segurança, proteção civil, a todos os que trabalham diariamente e que estão na linha da frente desta crise.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

A intervenção da senhora Deputada Inês Lourenço, sobre a Covid-19, deveria ter sido feita há seis meses, pelo menos, porque quando temos mais de 90% da população portuguesa vacinada Peniche vai ter, finalmente, um espaço aberto para esse fim. Referiu que fazia todo o sentido uma crítica a quem tem esta responsabilidade, e naturalmente não estava a acusar a Câmara Municipal, mas sim o Governo, relativamente a esta situação, é inaceitável o que aconteceu no concelho de Peniche.

Em relação à possibilidade de as pessoas terem direito a testes Covid em espaços suficientes no concelho, a Farmácia da Serra d'El-Rei, uma entidade privada, deu um bom exemplo. Indicou que, pessoalmente, acompanhou o processo com a responsável e verificou tudo o que foi para que tal acontecesse, tendo sido merecida a felicitação anteriormente referida, porque é preciso que as entidades, apesar de serem privadas, possam colaborar neste processo, uma vez que a Covid-19 é, neste momento, o imperativo nacional e a principal preocupação da comunidade. Disse, ainda, que o atraso, significativo, em relação à testagem, irá ter consequências na economia local, porque mesmo que nos próximos dias sejam feitos cerca de mil testes, só naquela freguesia, serão claramente insuficientes para tantas pessoas que querem estar na Passagem de Ano com as suas famílias, até porque tem conhecimento que já existem marcações para a realização de testes à Covid-19 para dia 03 de janeiro de 2022, o que significa que muitas pessoas estarão impossibilitadas de estar juntas.

Leu a intervenção feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e gostaria de lhe dar os parabéns pela forma e pelo conteúdo, primeiro porque colocou as questões no local certo, uma vez que são os Municípios que têm a responsabilidade na relação com as entidades públicas e privadas.

A questão dos cabos era, neste momento, um problema que se colocava a todas as pessoas que gostam da sua terra, e não fazia sentido nenhum.

A questão da iluminação pública parecia um concerto musical, porque contactam a Câmara Municipal ou enviam email e a resposta é que o assunto está a ser tratado, contactam o Engenheiro da EDP da zona e a resposta é que a responsabilidade não é da EDP, porque foram as Câmaras Municipais que colocaram os LED, as pessoas ligam para o número disponível (800...) e é-lhes dito que a responsabilidade é da Junta de Freguesia, ou seja, nada disto faz sentido. Referiu, a título de exemplo, que desde março que têm candeeiros LED desligados, ultimamente, a Câmara Municipal fez uma intervenção junto da empresa com a relação das ruas e com os números de polícia para facilitar e, apenas, repararam um candeeiro, e isto acontece constantemente, mas não poderia ser, porque está em causa a segurança das pessoas e dos seus bens.

Tem lido que, na Rua Arquiteto Paulino Montez, a partir das 22 horas, há viaturas que passam e são apedrejadas, inclusive, há pessoas que apresentam queixa à PSP e a mesma diz a quem tem prejuízo para apresentar queixa aos seguros. Referiu que isto não poderia acontecer, todos temos direito a segurança, portanto, se há problemas desta natureza teriam que verificar onde estão e pedir às forças de segurança para agir em conformidade.

Henrique Estrelinha (PS):

Relativamente à questão da segurança, informou que, no Hospital de Peniche, um enfermeiro foi agredido e houve tiros na urgência do Hospital. Adiantou que o problema existe, sabe-se de onde provém, no entanto, ficam impunes, mas ficou em causa

a segurança dos enfermeiros, dos seguranças e das administrativas que estavam a trocar o turno.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à regulamentação sobre a Saúde Pública, também, lamentava, no entanto, tentaram e tentam muitas vezes ajudar, para além daquilo que lhes parece razoável, até porque isso obriga a colocar, em áreas que não são da sua competência, verbas significativas. Lembrou que a tenda foi adquirida pelo Município, o pessoal que tem estado a dar apoio na vacinação são trabalhadores municipais e durante o fim de semana têm estado a pagar horas extraordinárias. Referiu que, por iniciativa do Município, procuraram convencer, há muito tempo, a instalação do Centro de Vacinação no Pavilhão da Escola D. Luís de Ataíde.

Relativamente às farmácias, teriam de ser elas a tomar a iniciativa, mas esperava que, para além das que aderiram, outras pudessem também fazê-lo. No entanto, compreendia que não seria fácil, até pelas condições que cada uma delas tem para prestar esse serviço e, por outro lado, o que isso poderia implicar, sabendo que os testes são gratuitos.

Sobre o Posto da Guarda Nacional Republicana, achava que o senhor Deputado Henrique Estrelinha já tinha recebido o cronograma. Explicou que, em 2017, quando iniciaram o mandato, não havia nada feito. Havia uma decisão tomada, e o processo de loteamento foi muito complicado que terminou com o Registo na Conservatória, no passado dia 11 de novembro de 2021. Esperam no princípio do ano fazer o lançamento da empreitada e esperam, também, em breve, assinar o protocolo com o Ministério da Administração Interna.

Em relação à Rua 13 de Infantaria, existem dois projetos, um que poderá ser, um dia, para o Centro de Ciência Viva, mas que custava, em 2018, um milhão de euros, e que será impossível fazer somente com fundos municipais, e depois houve uma candidatura com outro projeto. Referiu que o propósito se mantinha, mas aguardam o surgimento de uma candidatura. Informou que está previsto ensaiar uma alteração aos passeios e ao alargamento da rua.

Embarcações de Cruzeiro era uma coisa, Terminal de Cruzeiros era outra. Expressou que não leu a entrevista do jornal "*Gazeta das Caldas*", sabe o que disse, mas nunca assumiu nenhum terminal de cruzeiros, pode haver algum equívoco, mas é defensor de uma grande Marina em Peniche.

Relativamente ao Bairro do Calvário, não se equivocou, defende casas novas, aliás, pela forma como o assunto tem sido, recorrentemente, abordado está tentado a convidar o senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, e a senhora Secretária de Estado para lhes mostrar do que estava a falar, e os senhores Deputados e os senhores Vereadores podem estar presentes, porque não se sabe bem do que se está a falar, estão todos ligados ao passado e pensa-se que aquilo tem recuperação possível. Deu conta que foi feita recentemente a permuta de uma casa, a uma família que estava numa casa reabilitada, mas que não tinha condições, e lançou um desafio a quem defender a reabilitação, que durante um mês vão morar para uma das casas reabilitadas. Acrescentou que não poderiam perder a oportunidade. Sugeriu que não se fizessem jogos políticos com a vida e com a dignidade das pessoas. Disse, ainda, que a Estratégia Local de Habitação está aprovada, por unanimidade.

Deu os parabéns ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, pela intervenção feita no Congresso, comungou das mesmas preocupações, até porque não é um problema de agora, é um problema já com muitos anos.

Em relação à iluminação pública, existe um número para onde as pessoas podem ligar, no entanto, irá partilhar com as Juntas de Freguesia um número mais direto.

A notícia sobre as obras de intervenção do Posto da GNR não é para o edifício no Campo da República, é para o outro posto. Indicou que a empreitada para o novo quartel da GNR em Atouguia da Baleia foi mais demorada, porque, em termos administrativos, o registo na Conservatória atrasou. No entanto, seria para avançar o mais breve possível.

Em relação às escolas e à remoção do amianto, o processo atrasou. Estava previsto começar, a primeira fase, nas férias escolares, mas a empresa informou que com chuva não seria possível remover as telhas de amianto, pelo que aguardam que, brevemente, se iniciem os trabalhos pela Escola Secundária.

Quanto à Covid-19 e ao Centro de Apoio à Saúde (Task Force), a Câmara Municipal tem tido cerca de oito pessoas a trabalhar para que a Delegação de Saúde conseguisse acompanhar não só as pessoas que, infelizmente, estão infetadas, mas também as pessoas que estão próximas destas e precisam de ficar em quarentena. Indicou que iriam continuar a apoiar e lamentava não conseguir fazer mais.

Relativamente ao apedrejamento que referiram, que não gostava de replicar aquilo que algumas pessoas dizem no Facebook e em outras redes sociais, no entanto, deveriam ser tomadas medidas. Referiu que tinha uma pessoa próxima e que procuram ter alguma influência no sentido de chamar à atenção. Acrescentou que aquilo que foi retratado, relativamente ao Hospital, era uma questão de segurança e de uma questão estrutural. Os partidos que têm o poder, agora e no passado, têm responsabilidades acrescidas, porque este episódio aconteceu, mas já tinha acontecido no passado várias vezes. Acrescentou, ainda, que era muito importante fazer-se este trabalho, e não se tratava apenas da questão da atribuição das casas e resolver o problema do acampamento, não, tem de ser feito um trabalho de aproximação, que é muito difícil, mas que tem de continuar, para que as coisas, em termos sociais, se resolvam neste concelho, e isso é que os motiva.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a obra do Posto da Guarda Nacional Republicana não estava feita, porque nunca houve um entendimento naquela força militarizada de que a Guarda Nacional Republicana deveria ir para Atouguia da Baleia. Chamou à atenção de que a última decisão da Guarda Nacional Republicana ir para Atouguia da Baleia foi tomada com o responsável número um da Guarda Nacional Republicana, em termos nacionais, com o responsável da Guarda Nacional Republicana da nossa região, mas quem estava em Peniche opunha-se à construção de um novo quartel em Atouguia da Baleia, com o argumento de que Peniche tinha instalações suficientes para isso. Indicou que a Guarda Nacional Republicana não deveria estar dentro da cidade, há anos que deveria estar onde agora é proposto, em Atouguia da Baleia.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que, em relação ao quartel, a intervenção que vai ocorrer é no quartel da antiga Guarda Fiscal. Referiu que isso o preocupava, dado o investimento a ser feito, irão criar condições para que fiquem na cidade, no entanto, a área de intervenção da Guarda Nacional Republicana é no concelho.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que foi referido pelo senhor Presidente da Câmara a questão do Centro Hospitalar do Oeste e isso todos concordam que é necessário um novo Hospital, mas não se pode depositar no Governo a responsabilidade pelo mesmo não estar construído, porque Caldas da Rainha quer lá o Hospital, o Bombarral disponibilizou um terreno para o Hospital. Os Presidente de Câmara da Região Oeste estão à espera de um estudo que pediram para escolher a melhor localização. A partir desse estudo o Governo, que estiver em funções, irá escolher o local. Referiu que, para o Partido Socialista, talvez o Bombarral seja a solução adequada e mais central para Torres Vedras, Peniche e Caldas da Rainha.

Disse que o Posto da Guarda Nacional Republicana está em orçamento de estado, desde 2016, constantemente, portanto, a verba esteve sempre disponível.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à questão do Hospital, iria exigir lutar, mas entendia que a decisão seria do Governo Central. Acrescentou que tinha uma posição, e se deixassem a decisão para os concelhos, já assumiu, deveriam fazer uma auscultação à população.

Relativamente ao quartel da GNR, a última vez que o senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, veio a Peniche, esteve no quartel que agora vai ser intervencionado, mas a sua visita foi para a inauguração de uma lancha no Porto de Pesca, e a única questão que lhe colocou foi sobre o quartel da GNR, e ele garantiu que a decisão do Governo era manter a promessa que tinha assumido, ou seja, construir o quartel da GNR em Atouguia da Baleia.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Relativamente ao Bairro do Calvário, o facto de serem casas novas ou reabilitadas não tinha que ver com a qualidade com que elas ficam, até porque há reabilitações de edifícios com muitas centenas de anos que estão em excelentes condições, tem que ver com outras questões, com a qualidade de construção ou com a qualidade construtiva, e o facto de ter reabilitação não impedia que as mesmas não fossem dignas, até porque o Partido Socialista continua a defender casas dignas e não obrigava ninguém a ter a mesma posição.

Pareceu-lhe que Peniche não tinha um Centro de Vacinação por culpa do Governo, mas muitos concelhos os têm, e deu como exemplo o da Lourinhã, onde a Câmara Municipal despendeu mais de vinte mil euros para o ter e poder servir os utentes. Referiu que teriam de perceber onde está o erro, uma vez que o ACES só agora aceitou, mas a informação que foi prestada, no dia 02 de junho de 2021, à Bancada do Partido Socialista, pela Diretora Executiva do ACES Oeste Norte, dizia que na semana anterior teria enviado para a Câmara Municipal de Peniche uma minuta de protocolo para a criação do Centro de Vacinação entre o Município de Peniche e a ARSLVT.

Corroborava com o que foi dito pelo senhor Deputado Francisco Salvador, porque realmente os documentos enviados não facilitaram o trabalho, pelo que solicitou aos serviços que tivessem isso em conta.

Em relação à questão dos cabos, tinha informação do trabalho notável que o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Arquitecto Miguel Carvalho, atualmente na Câmara Municipal de Peniche, desenvolveu na Câmara Municipal do Cartaxo que foi de referência, relativamente a esta matéria, porque conseguiu encontrar um conjunto de acordos com as empresas de comunicação. Sugeriu que fosse feito um levantamento conjunto com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para conseguirem fazer uma intervenção diferente, inclusive com a ANAFRE junto da ANACOM, porque tem alguma relação, e isso poderia ser bom para todo o concelho.

Relembrou e disponibilizou-se para ajudar a Câmara Municipal para a questão dos planos e das estruturas municipais que urgentemente deveriam ser criadas para resolver vários assuntos, entre eles os caminhos agrícolas, mas outros mais que poderiam ser previstos, como por exemplo o caravanismo que é, ainda, um problema.

Quanto ao caravanismo e no que diz respeito ao Baleal, há um terreno que está alugado pelo Município onde continua a acontecer de tudo um pouco, as pessoas estão meses a habitar em carrinhas e caravanas a pontos de se estar a transformar num acampamento. Uma vez que o Município é o titular dos terrenos, ainda que temporariamente, deveria intervir com a Fiscalização Municipal e com os Regulamentos existentes.

A bem da segurança rodoviária e dos peões, e fora de alguns planos que pudessem estar a ser preparados, era importante que as passadeiras no Município de Peniche, estivessem bem marcadas e bem iluminadas. Mencionou também os sinais luminosos relativos à velocidade nas entradas das vilas e das aldeias, ou seja, nos aglomerados urbanos e nas proximidades dos edifícios escolares, porque infelizmente esta é, ainda, uma matéria sensível e crê que seria um investimento que o município paulatinamente conseguiria fazer e haveria alguns ganhos.

A iluminação de Natal voltou a ser, apenas e só, na cidade de Peniche, não tendo havido apoio para as freguesias rurais, pelo que seria importante a Câmara Municipal dar algum apoio nesta matéria.

Fez referência, no mandato anterior, que seria importante que os novos contentores de Resíduos Sólidos Urbanos colocados na cidade, uma boa escolha da Câmara Municipal, comesçassem a chegar às freguesias, obviamente, de forma pausada.

Na página do Município que sai no jornal "A Voz do Mar", o senhor Presidente da Câmara num dos textos que escreve refere no final "*o futuro é agora*", que foi o lema de campanha eleitoral legítimo e de onde saiu vencedor, mas sendo uma página do Município paga pelo mesmo, não deveria conter lemas de campanha eleitoral, deve ter mensagens institucionais do Município.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o Hospital do Oeste seria feito daqui a dez ou vinte anos, porque quem deveria tomar a decisão era o poder Central, o Governo, mas o problema do Oeste, atualmente, tem que ver com um Hospital novo, não, bastava melhorar o das Caldas da Rainha que está em péssimas condições: tem falta de médicos, de enfermeiros e de pessoal auxiliar. Adiantou que deve ser dado aos Hospitais todas as condições para o exercício das suas funções. Relativamente à opção da localização, referiu que, na sua opinião, deveria ser no concelho de Caldas da Rainha, e se Peniche apoiar a ideia de ser

no Bombarral terá que resolver um problema, porque a Rodoviária do Tejo acabou com os transportes públicos ao fim de semana, como se vai assegurar o transporte público para as pessoas se deslocarem.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que registou o que foi dito e irá procurar ter em atenção.

Referiu que, recentemente, foi feito um levantamento de todas as passadeiras e tinham a intenção de avançar com a contratação de uma empreitada, para uma parte, apesar de não ter sido feita, ainda, a estimativa.

Em relação aos contentores, disse que todo o concelho gostaria de ter contentores iguais aos da cidade, mas teria de ser a pouco e pouco.

Expressou que a frase “*o futuro é agora*” não era da árvore, era de todos, utilizada um pouco por todo o país.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registaram quaisquer intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2021 (MODIFICAÇÃO 23):

A Assembleia passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relembrou que, quando foi discutido o Orçamento do Município, foi o único que disse que o orçamento de trinta e cinco milhões era um exagero e, na altura, estava presente a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que saudou. Referiu que a proposta apresentada pela Câmara Municipal, obviamente, iria ter o voto favorável da Coligação Democrática Unitária, mas não poderiam deixar de chamar à atenção que estavam a falar de uma diferença de cinco milhões de euros, que é muito dinheiro por metro quadrado,

por isso, relativamente ao orçamento deste ano, os trinta e cinco milhões deste ano, estão melhorados no ano que vem, passará para trinta e quatro vírgula cinco.

Deliberação n.º 58/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito pelo Chega, aprovar a alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2021 (modificação 23). (Doc. 31)

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2022:

A Assembleia passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Começou por agradecer aos técnicos do Município que elaboraram estes documentos, sabendo as dificuldades que existem na construção de um orçamento desta natureza. Fez referência que na página sete, orçamento da despesa, as freguesias tinham quarenta mil euros, para 2022, e bem, porque como o SNC-AP manda, depois tem os valores para os anos consequentes, e verificou que passou de quarenta mil para quatrocentos mil.

Dirigindo-se ao senhor Presidente, disse que a questão sobre os números, que colocava regularmente não era por acaso, é porque as regras do novo sistema de contabilidade autárquico, para a Administração, obrigam a que sejam cumpridas um conjunto de regras, e não é por acaso, é porque a palavra rigor impõe-se e, neste momento, o orçamento que nos é proposto é praticamente em termos de valor global igual ao do ano 2021. Referiu que não colocava em causa a ambição que cada um tem naquilo que faz, mas colocava em causa que as regras relativamente à elaboração de um documento desta natureza eram cada vez mais apertadas para todos, não era por acaso que se faziam modificações orçamentais nesta fase final do ano, elas são feitas para haver um equilíbrio no grau de execução.

Disse que esta era a primeira discussão de um documento que fazia parte de uma nova realidade política do concelho e que, como sabiam, o senhor Presidente da Câmara atribuiu Pelouros aos dois Vereadores do Partido Socialista, portanto, obviamente, tem Grandes Opções que são certamente conjuntas.

Estas GOP e o Orçamento, por arrastamento, evidenciam uma aposta no investimento na cidade em detrimento das freguesias rurais, isso é claro para todos, bastava ler os documentos para perceber isso.

Chamou à atenção para o terceiro parágrafo da página quatro que refere a

conclusão da Carta Educativa, no entanto, a Câmara Municipal tem uma Carta Educativa, trata-se da sua revisão. O senhor Presidente, há pouco, chamou à atenção para a necessidade de, mais tarde ou mais cedo, terem de discutir questões relativamente ao investimento feito para a Carta Educativa, mas isso não era muito trabalho que tivesse de fazer, era só olhar para o documento que existe, porque estão lá todos os núcleos escolares a executar, o de Ferrel e o da Serra d'El-Rei, e depois tinha também a questão da decisão, relativamente à cidade de Peniche, está tudo na Carta Educativa, mas ela não é, obviamente, um instrumento de paredes, telhados, portas e vidros, é muito mais que isso e tem um conjunto de linhas orientadoras relativamente à política da Educação no concelho de Peniche.

Na página cinco, no primeiro parágrafo, quando fala em cento e cinquenta trabalhadores que a Câmara tem a mais, hoje, conclui com a seguinte frase: *“isto ilustra bem o acréscimo das responsabilidades que se vão acumulando”*, se vão acumulando poderá não ser bom. Acrescentou que, na sua opinião, se a Câmara Municipal quer mais responsabilidades não pode ser para acumular, tem de ser para fazer mais e melhor, e aqui colocava-se uma questão, era importante fazerem um balanço sobre a transferência de competências nesta Área para o município e dos custos reais que está, neste momento, a ter para o município.

No terceiro parágrafo da página cinco diz, abdicar de impostos ou não. Na sua opinião, o princípio relativamente a esta questão dos impostos, e sempre defendeu isso, é que eles deveriam ser resolvidos, deveria haver uma linha orientadora para o mandato, no início do mandato, não tinha que ser discutido e aprovado caso a caso, isto significava que se tivéssemos, como tivemos este ano e no ano passado, uma tendência positiva relativamente ao IMT, e bastante positiva, em termos de arrecadação de receita, poderíamos aliviar no IMI, relativamente ao IRS, não deveriam mexer mais. Como está, está bem.

Na página sete, havia dois títulos que lhe chamaram à atenção *“a culpa não é sempre dos outros”*. Recordou o senhor Presidente que num passado recente era sempre dos outros, a limpeza corria mal, a culpa era do Jorge Amador, a limpeza corria mal, era do António José Correia, a erva crescia na cidade, a culpa era do Jorge Amador, a erva crescia na cidade, a culpa era do Jorge Amador e do António José Correia, do Jorge Abrantes e da Clara Abrantes, no entanto, concorda que devem haver, cada vez mais, campanhas de sensibilização para as pessoas, no que diz respeito às questões de higiene e da limpeza, contribuir para que estes assuntos sejam sanados.

Na página doze, último parágrafo, o senhor Presidente fez a sua introdução, que é legítimo, mas na página doze já não era a introdução, era a apresentação das GOP, e há uma coisa que não está bem, que diz assim: *“quem me conhece sabe que sou mais de fazer do que de publicitar o que faço”* e, independentemente desta afirmação, já não era o Presidente da Câmara a fazer o texto, era a Câmara Municipal, ou seja, o que está no início do parágrafo não deve ser assumido pelo Presidente da Câmara, mas pela Câmara Municipal.

Na página onze, *“o plano de asfaltamento que criámos”*, disse que não conhecia, nem tinha documentos sobre este plano.

Na página treze, o quinto parágrafo, não fazia sentido nenhum *“temos que ter tranquilidade política, mas venham com ideias construtivas, ao invés do trabalho para destruir”*. Expressou que na Assembleia Municipal quem intervém pode ter a opinião que tiver, é a opinião dos grupos políticos e tinham que as respeitar, e depois cada um vota em conformidade, e quando decidem, não decidem com ideias de colocar em causa.

Na página quinze, “*recuperar o tempo perdido*”, esta questão, na sua opinião, também não fazia sentido, porque a Coligação Democrática Unitária, e o senhor Presidente foi líder de bancada da CDU, fez um trabalho, a todos os títulos, magnífico neste município, regeneração urbana, primeiro, parcerias com o Clube Naval, ACISCP, Paróquia de Peniche, e, inclusivamente, veio cá o Secretário de Estado com a tutela destes assuntos, que infelizmente faleceu há pouco tempo, que era o ex-presidente da Câmara Municipal de Viseu, e veio aqui afirmar que esta Câmara era o exemplo da aplicação dos fundos comunitários, e deu como exemplo, o conjunto de projetos que foram feitos, aliás, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estão atualmente nas instalações que foram criadas, no âmbito deste projeto, e que eram as instalações da ACISCP, que depois foram vendidas e que a Câmara, através dos seus serviços, adquiriu, e bem. Relativamente a carteira de projetos que a Coligação Democrática Unitária deixou, o senhor Presidente tem um conjunto deles, e bem, com financiamento garantido e que o senhor Presidente continuou, e é sempre assim, quando o senhor Presidente sair da Câmara, vai deixar certamente projetos que quem vier a seguir vai executar. Disse que a Coligação Democrática Unitária tem muita honra de ter contribuído com a parceria para a recuperação da igreja de São Pedro, que hoje está notável, do edifício da ACISCP, do Clube de Naval e, da grande obra do fosso das muralhas, aliás, o Parque Urbano foi um projeto do Partido Socialista que a Coligação Democrática Unitária iniciou em fevereiro do ano seguinte, e será sempre assim.

Na página dezoito, quarto e quinto parágrafo, concordou na íntegra com o que estava escrito.

Na página vinte, PDM, disse que esperava ter visto escrito o prazo de conclusão deste processo, porque ele terá de ser concluído e, na sua opinião, em 2022 terá de ficar concluído.

Na página vinte e três, a Câmara Municipal refere situações de esgotos a céu aberto. Chamou à atenção para o facto de o senhor Presidente da Câmara ter feito parte do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento há uns anos atrás, assim como outros ali presentes, ele próprio, o senhor Vereador Afonso Clara e o senhor Deputado Francisco Salvador, e a ideia que tinha era que quando se falava de esgotos a céu aberto os números transmitidos, dados pelo Técnico responsável dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, era que não tinham mais de 3%, 4%, 5% de esgotos a céu aberto no concelho, ou seja, tinham uma taxa real, em termos de obra, superior a 95%.

Relativamente à questão dos asphaltamentos, disse que não concordava com o que estava escrito, a forma como está escrito. Disse que, nos últimos quatro anos, a Coligação Democrática Unitária investiu novecentos e setenta mil euros na rede viária, o senhor Presidente e a sua equipa investiu, nos últimos quatro anos, seiscentos e cinquenta e um mil quatrocentos e noventa e quatro euros e sessenta cêntimos, portanto, a Coligação Democrática Unitária, no último mandato, investiu cerca de um milhão de euros na rede viária, enquanto o executivo no último mandato, que terminou em outubro, investiu pouco mais seiscentos mil euros. Adiantou que a sua diferença de opinião, relativamente ao que estava escrito, tinha que ver com o facto de, em mandatos anteriores, ter havido diversas intervenções significativas nos pavimentos e mantinha o que sempre disse sobre este assunto, a pavimentação era uma questão que estava sempre na ordem do dia, quanto mais se faz, mais necessidade há de fazer. Agora, reduzindo-se o investimento, como foi feito no mandato anterior, presidido pelo senhor Presidente, as coisas pioraram.

Na página vinte e sete era referido o seguinte: “ com o passar dos anos, foram criados parques infantojuvenis por todo o concelho. Hoje, face ao facto de os mesmos terem sido dotados ao abandono, deparamos...”. Indicou que o senhor Presidente conhecia-os muito bem, porque uma parte deles foram feitos na freguesia a que o senhor presidia, nomeadamente, a Escola da Prageira, Escola do Filtro, Escola do Alemão, Escola n.º 3, Escola n.º 5, Colónia Balnear, no Jardim de Infância e, também, Escola da Central, que custou, na altura, quarenta e oito mil euros, eles não foram deixados ao abandono. Por outro lado, há um outro problema que tinha que ver com os equipamentos, a Câmara Municipal constrói muitos e depois tem que ter equipas para fazer a manutenção. Chamou à atenção para o facto de o Parque Infantil da Escola da Serra d’El-Rei ter tido uma chamada de atenção, em março deste ano, e o relatório foi enviado depois das eleições autárquicas, o que significa que, durante estes meses, a utilização daquele equipamento esteve limitada à comunidade que precisava de o utilizar, portanto, não considerava uma questão de abandono, considerava que nem sempre as prioridades vão ao seu encontro e, por isso, os parques infantis e os polidesportivos, que foram criados na Câmara Municipal, mereciam atenção, pelo que deveria ser constituída uma equipa que tomasse conta de todos.

Relativamente à Marina Oceânica, gostaria de saber qual o caminho, estava a falar, por exemplo, em 2030, e se existia algum estudo prévio.

Em relação à carta educativa, pretendia saber qual era o cronograma previsto para a revisão que referiu, na página quarenta e cinco.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

Em relação às Grandes Opções do Plano, se deveria fazer um balanço do último ano, para se perceber a forma como o documento foi escrito. Referiu que uma das ideias que ficava era que a Câmara Municipal de Peniche precisava urgentemente de alterações, nomeadamente, um salto digital que era necessário implementar, existia demasiado papel e desta forma era difícil ter a capacidade de dar a resposta que exigem estes novos tempos. Indicou que a transição digital era mais do que necessária, era uma obrigação. Foi pena ter começado tão tarde, já deveria ter acontecido há muitos anos. O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche não percebe porque razão esta transição não aconteceu em outros mandatos. Disse, ainda, que foi necessário perceber onde era preciso acrescentar valor, pois havia grandes carências na área de projetos, e só com um Gabinete de Projetos bem estruturado seria possível concorrer aos Fundos Europeus e aos Fundos Nacionais, por isso costuma dizer “*temos um Presidente de Câmara que sabe ir buscar o dinheiro da Europa*”, pois seria por aqui que iríamos ter mais desenvolvimento nas diferentes áreas. O somatório destas duas intervenções irá permitir progredirmos. Adiantou que o exemplo mais concreto no salto digital foi a forma como a Câmara Municipal colocou os pés ao caminho e o *No Paper* era um excelente exemplo. Esta nova ferramenta digital era a grande resposta aos problemas que têm havido, há muito tempo, e deveriam elogiar os técnicos que foram adquirindo novas competências. O *No Paper* veio ajudar a dar capacidade de resposta e diminuir os tempos de espera, apesar de saberem que têm havido alguns problemas, mas que são normais, é o período de adaptação.

Sobre o Pinhal Municipal de Ferrel, pela primeira vez existe uma equipa de Sapadores, permanentemente, a fazer a limpeza, a cuidar e a cumprir o verdadeiro Plano de Gestão que foi aprovado para aquilo que é o grande pulmão do nosso concelho e da

nossa região, independentemente do que se possa dizer.

Quanto à Estratégia Local de Habitação, reforçou aquilo que a senhora Secretária de Estado disse: “o Município de Peniche é um exemplo na área da habitação”, e ao ler o documento das GOP percebia-se que a Estratégia Local de Habitação era uma prioridade e, nesse sentido, conseguiu-se garantir trinta e um milhões de euros, conseguindo assim resolver os problemas de habitação a vários níveis, construindo um Bairro do Calvário novo, acabar com os acampamentos, dar apoio a vítimas de violência doméstica, ter também uma maior oferta no sentido de dar resposta à procura de habitação para alunos da ESTM.

Em relação à Ilha das Berlengas, foi uma prioridade do mandato anterior e teria de continuar a ser durante os próximos quatro anos. Referiu que a Ilha das Berlengas teve investimentos como não se via há muito tempo, investimentos rumo à autossustentabilidade como, por exemplo, a colocação de painéis solares, ao mesmo tempo que se renovou quase por completo a concessão.

Quando é referido que a área rural foi esquecida no documento, na sua opinião, não era verdade, e fez destaque à Albufeira de São Domingos, em que o senhor Presidente da Câmara definiu como uma prioridade e finalmente irá ser reordenada, requalificada e deve ser uma grande aposta, porque é necessário valorizar-se o património natural e a sua preservação, aliás, durante a campanha eleitoral o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche foi muito claro e objetivo.

Relativamente à Nau dos Corvos, que era preciso falar verdade. Expressou que foi feito o que tinha de ser feito, houve a necessidade de solicitar parecer sobre a estabilidade do sistema rochoso e o mesmo foi pedido à entidade mais credível em Portugal nesta área, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Acrescentou que a responsabilidade era muita, depois de receber o relatório começou-se a trabalhar um projeto, na sua opinião, do outro mundo, para fazer durante este mandato, se tudo correr com normalidade, um projeto que está divulgado e, na sua opinião, uma aposta muito forte para que o Município torne aquele lugar como uma referência a nível mundial.

Destacou a forte aposta feita aos passadiços que permitiram dar um passo gigante em termos de melhoria das acessibilidades

Francisco Salvador (PSD):

Disse que o senhor Presidente da Câmara ao apresentar as Grandes Opções do Plano acabou por apresentar o Orçamento e referiu uma série de verbas que o Município não irá colher no próximo ano, como por exemplo, relativamente à receita. O senhor Presidente falou nos oitocentos mil euros que o Orçamento do Estado iria retirar à Autarquia, no entanto, o Orçamento não foi aprovado e, provavelmente, não será aprovado nesses termos, logo, os oitocentos mil euros não poderiam ser descontados de imediato. Por outro lado, chamou à atenção para o facto de o município ter um milhão de euros de crédito malparado, porque não consegue cobrar algumas das receitas que lhe são devidas, nomeadamente aquelas que dizem respeito aos resíduos sólidos urbanos, que se fossem cobradas seriam significativas para reforçar as verbas na área da receita.

Referiu que se tem falado muita vez de impostos, e existe uma taxa que muitos municípios tomaram a decisão de implementar e que poderia minorar os problemas financeiros da Câmara Municipal, que é uma taxa turística, que não incide sobre os habitantes de Peniche. Esta taxa irá incidir sobre quem nos visita, tendo em conta que uma boa parte das despesas que o município faz é a contar com os problemas que advém

do crescimento substancial da população presente, sobretudo na época de veraneio, seria natural que esses utentes contribuíssem com alguma coisa diretamente para o espaço.

Disse, ainda, que os problemas financeiros da Câmara Municipal advêm de uma opção, que sempre foi tomada, que tem que ver com o número de funcionários ao serviço do município ser muito elevado, e bastava dizer que na área da Associação Nacional de Municípios do Oeste, Peniche tem o segundo maior número de funcionários a prestar serviços, logo, seria, naturalmente, uma forma de reduzir a sua capacidade de ter verba própria.

Em relação à intervenção do senhor Deputado Hugo Martins, quando referiu o Pinhal de Vale Grande, porque, de facto, ele é um pulmão do concelho, mas dizer que aquilo está um brinco não concordava, porque depois de ter sido selada a lixeira do Pinhal do Vale Grande, um trabalho difícilimo, está atualmente transformada numa nova lixeira, com lixo urbano, lixos orgânicos e entulhos.

Disse que, de facto, era difícil fazer um Orçamento nestas circunstâncias, com a dúvida sobre o que pode vir a ser candidatado, sobre o que poderão vir a ser apoios financeiros da Comunidade Europeia ou do Governo, mas sinceramente, e por isso o voto do Partido Social Democrata seria de abstenção. Acrescentou que não se reviam num Orçamento que poderia ser, a qualquer momento, modificado pelo senhor Presidente da Câmara.

Luís Almeida (PSD):

Disse que a sua intervenção tinha que ver com o documento que estava em discussão, referindo que não gostou do tom em que o senhor Presidente assumiu ter sido ele a fazê-lo, ou seja, o documento estava quase todo feito no singular, quando na realidade as Grandes Opções do Plano deveriam ser uma opção coletiva, logo, o documento sofre de alguns aspetos com os quais tem dificuldade em concordar.

Indicou que estavam a falar, quase sempre, de questões pontuais, do agora, no entanto, as Grandes Opções do Plano devem ter questões do ano que vai entrar, mas viradas para o futuro, daí ficarem limitadas, ou seja, quando as coisas não estão projetadas têm que decidir no momento, mas se tiverem algum projeto e algum planeamento para o médio prazo, certamente teriam alguma base para crítica.

Acrescentou que, no entendimento do Partido Social Democrata, no documento das Grandes Opções do Plano não estavam evidentes os projetos que pensam candidatar ao Plano de Recuperação e Resiliência, mas se não tivessem uma ideia da forma como pretendiam aproveitar o PRR, não seria depois que iriam conseguir, atabalhoadamente, arranjar projetos, sabendo que alguns deles seriam subsidiados a cem por cento.

Adiantou que não contestava o que estava referido no documento das Grandes Opções do Plano, mas como já foi dito deveriam preparar-se projetos mais estratégicos que se consideram ser muito importantes e de grande necessidade a médio prazo, e pensava, por exemplo, num plano de medidas tendentes à criação de empregos qualificados, pois somos uma terra de empregos de ordenado mínimo e deveriam estar a pensar no futuro dos jovens.

Disse, ainda, que outra ideia, que ninguém falava, mas que lhes parecia fundamental, era a questão da existência de uma incubadora de empresas que, no entender do Partido Social Democrata, deveria incorporar um Centro de Formação Profissional capaz de articular com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, porque sabiam que IEFP tinha muita dificuldade em encontrar salas em Peniche para promover ações de formação.

Por outro lado, fala-se na candidatura de estruturação de uma zona do Parque Industrial do Vale do Grou, no entanto, tinham ideia de que era assumido que a candidatura tinha problemas e tinha probabilidade de não ser aprovada, e se estivesse a dizer alguma coisa por falta de informação agradecia que o corrigissem, porque o que pretendiam dizer era que talvez o Plano de Recuperação e Resiliência fosse uma boa alternativa, sendo a candidatura de reestruturação da zona Industrial de Vale do Grou pensada, para consistir num projeto a candidatar a este próprio plano. Além disso, o Museu de Peniche, que está totalmente parado, as peças estão guardadas provavelmente em condições não muito seguras e no documento não era feita qualquer referência.

Acrescentou que, na sua opinião, Peniche, do ponto de vista Cultural, não tinha qualquer estrutura nem sala de espetáculos que pudesse suportar um palco, que possibilitasse eventos de maior dimensão, porque se quiséssemos ter um teatro não teríamos condições para o realizar, se quiséssemos ter um espetáculo de bailado não teríamos condições e o Plano de Recuperação e Resiliência poderia ser uma boa possibilidade para isto. Sabia que o dinheiro não era ilimitado e que estavam condicionados por esta questão, mas considera que se existir em carteira aquilo que consideram ser importante para o futuro tudo se tornaria mais fácil.

Dina Aparício (Chega):

Disse que pretendia ter uma postura construtiva, não gostaria de falar das coisas que estavam mal, queria alertar para algumas coisas que a preocupavam e dizer, sobretudo, que gostou dos textos, sentiu que foram escritos num tom de reflexão e de partilha, num tom pedagógico que acabavam por ser esclarecedor e que iria ajudar quem acabou de chegar a perceber melhor do que se estava a falar.

Referiu que o senhor Deputado Hugo Martins falou do salto informático e este tem sido uma das suas maiores preocupações. No primeiro documento que o senhor Presidente da Câmara partilhou com a Assembleia Municipal falava dos serviços do Espaço do Cidadão e aponta o Portal do Cidadão, na página dezasseis, e, na verdade, enquanto munícipe, precisou de usufruir do serviço e ficou chocada, porque inicialmente não a ajudaram a submeter o pedido. Expressou que a situação lhe permitiu ter maior consciência das dificuldades que as pessoas, que não dominam a informática, têm na submissão de um simples pedido, e em conversas com algumas pessoas percebeu que estava a nascer um mercado paralelo no concelho, ou seja, há pessoas que cobram dinheiro para ajudar os municípios a aceder ao Portal do cidadão, o que não parece nada justo. Sugeriu que pudesse existir, na Câmara Municipal, alguém que se disponibilize a atender as pessoas que realmente precisam, até porque vivemos num concelho em que a literacia não é muito alta, inclusivamente a literacia digital, as pessoas dominam um telemóvel, um Facebook, mas não dominam ferramentas digitais, inclusivamente o Portal do Cidadão. Acrescentou que o Portal do Cidadão era uma ferramenta essencial para desburocratizar o sistema, mas também era importante servir o munícipe.

Encarou as Grandes Opções do Plano como direcionadas para o futuro e isso agradou-a, nomeadamente, a parte da Educação, a Carta Educativa, a Estratégia Municipal para a Educação, que deveria ser uma aposta no concelho mais do que nunca, porque, como o Senhor Presidente da Câmara disse, teriam de fazer o melhor pelas crianças, porque elas é que darão consistência àquilo que está a ser construído neste momento, tinham de apoiar os jovens e as famílias e, sobretudo, as condições das escolas. Há pouco o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, falou das lâmpadas das freguesias, e nas escolas passam pelo mesmo problema,

porque se precisarem de uma lâmpada, tem de ser feito um requerimento à Câmara Municipal, se precisarem de material de limpeza tem de ser feita uma requisição. Solicitou que houvesse mais agilização e que, de certa forma, se vá ao encontro das necessidades das escolas, dando como exemplo as cortinas que estão miseráveis.

Relativamente ao amianto, esqueceram-se dos pavilhões da Escola Secundária de Peniche que ainda têm amianto para remover.

Ainda no documento das GOP, o Parque de Campismo era uma mais valia para o concelho e esperava que o pudessem levar a bom porto, criando estabilidade e atraindo mais pessoas, mais investimento para o concelho. Perguntou se a empresa teria estabilidade, quais seriam os critérios utilizados para a seleção, se a empresa teria capacidade.

Sobre a habitação social, era louvável criar-se estruturas de habitação para a população, com condições de vida mais dignas, mas teria de reiterar a posição do Chega, ou seja, ajudar sim, mas sem protecionismos excessivos, se as pessoas querem benefícios, têm que cumprir com as regras da sociedade, até porque se sabe que este tipo de estratégia acaba por cair nas mãos erradas. Adiantou que deveriam pensar nos jovens que estão a começar uma vida, que têm dificuldades de acesso à habitação, mas que cumprem as suas responsabilidades, contribuem positivamente para a sociedade e que devem ser apoiados, tal e qual, como todas as pessoas que mostrem o desejo de contribuir para o bem de todos.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que o protocolo de delegação de competências celebrado entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia o preocupava, nomeadamente em relação ao gasóleo. Referiu que na altura que o protocolo foi celebrado com as Juntas de Freguesia, pelo menos para a Freguesia de Atouguia da Baleia, foi atribuído um numerário, só que o gasóleo na altura estava a pouco mais de um euro cada litro e, neste momento, estava a um euro e sessenta cêntimos cada litro, o que significava que a importância atribuída, nomeadamente para a Freguesia de Atouguia da Baleia, era insuficiente, pelo que alguns equipamentos teriam de parar e não iriam conseguir dar algumas respostas à população.

Por outro lado, quando há pouco se falou em esgotos a céu aberto, disse que se tratava de muitos milhares de metros cúbicos de esgotos a correr nas linhas de água do concelho, e isso era preocupante.

Sobre a Educação, esperava que as Juntas de Freguesia pudessem dar contributos para a revisão da Carta Educativa.

Deu conta que as coberturas dos telhados da Escola Básico 2, 3 de Atouguia da Baleia e do pavilhão estavam completamente degradadas e a necessitar de substituição.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

As Grandes Opções do Plano e o Orçamentos eram um dos documentos mais importantes e que tornavam a Assembleia Municipal como uma das mais importantes do mandato autárquico e, por vezes, encontram algumas intenções, outras vezes projetos concretos e outras vezes algo vago, talvez até porque o executivo não queira comprometer-se com a concretização de determinadas medidas ou projetos, e no documento encontrou os três tipos. Referiu que, na sua opinião, a introdução do senhor

Presidente da Câmara era importante ser feita, mas tinha algumas exclamações que, num documento tão importante como este, seriam desnecessárias.

O Orçamento Participativo era algo que, ao longo dos anos, tem sido falado nas sessões da Assembleia Municipal e há projetos da edição de 2017 que nem sequer estão concretizados. Perguntou qual era o ponto de situação dos projetos que ainda não foram concretizados e o que se pensava relativamente ao Orçamento Participativo do próximo ano.

Já se falou muito de habitação, o documento faz referência à habitação social e muito vagamente à habitação para jovens. Deu conta que na última Assembleia Municipal falou sobre este assunto, há um grave problema de habitação, as famílias e os jovens que estão a constituir família só encontram habitações caras, velhas e mesmo assim muito poucas. Indicou que a habitação social teria de ser resolvida, mas há também jovens que querem dar melhores condições de habitação para a sua família.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, já falou sobre o plano de asfaltamento e, uma vez que o mesmo não é conhecido, perguntou se seria possível conhecê-lo.

Sobre a questão dos glifosatos que se encontram nos herbicidas, está referido no documento que neste momento foram abandonados. Desconhecia se esta afirmação era completamente verdadeira, porque, ainda este ano, na zona histórica, foram aplicados herbicidas, cheirava a lixívia. Perguntou quais seriam as soluções encontradas para remover as ervas que crescem por todo o concelho, nos passeios e nas estradas em todas as localidades.

Relativamente à Saúde, não havia qualquer referência nas Grandes Opções do Plano, num concelho com défice de assistência médica, sabemos que existe falta de médicos de família, sabiam que o Centro de Saúde muitas vezes não corresponde àquilo que são as solicitações dos utentes que evitaria certas idas à urgência, por exemplo, tanto em Peniche como nas Caldas da Rainha, e com um Hospital que ainda tem uma importância elevada para a nossa população, porque tem consultas, tem tratamentos, tem um serviço de urgência básica e que futuramente irá ter, e foi assinado a semana passada no âmbito do plano de recuperação e resiliência, a instalação de uma unidade de internamento de Psiquiatria, no primeiro andar, inicialmente com quinze camas, mas, futuramente, poderá ir até às vinte e cinco camas, seria importante ter algo sobre a Saúde, não no âmbito hospitalar, obviamente, mas naquilo que seriam as soluções para o défice, da assistência médica à nossa população.

No entanto, gostaria de referir algumas medidas, que sendo concretizadas, são muito positivas para o nosso concelho, em primeiro lugar, e já o referiu numa intervenção anterior, o desenvolvimento da Marina Urbana, que poderá ser um conjunto de infraestruturas que irá, com certeza, potenciar todo o território do nosso concelho, depois a Carta Educativa, um documento estratégico e crucial para o desenvolvimento da política educativa do nosso concelho, que nos últimos anos tem sido adiada a sua revisão, porque existe uma Carta Educativa em vigor, mas que tem que ser obviamente alterada e revista, e que poderá ser uma ferramenta importante para a o desenvolvimento da política educativa do nosso concelho, e também o Plano Municipal de Cultura, porque uma sociedade sem Cultura e que a desvalorize dificilmente poderá evoluir e em Peniche, temos um défice cultural que é preciso atenuar. Destacou um dos eventos que se pretende realizar dentro deste Plano Municipal de Cultura, a Bienal do Mar que poderá ser uma iniciativa âncora para aquilo que será a agenda cultural do concelho de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Fazendo uma análise do documento das Grandes Opções do Plano e do próprio Orçamento, se fosse coerente com o ano passado, este ano votava contra o Orçamento, porque as verbas para Ferrel desceram consideravelmente, estão muito pior do que estavam, a taxa de execução do Orçamento em vigor foi muito fraca, mas estamos em início de mandato e acho que deve ser dado o benefício da dúvida.

Relativamente ao documento e a algumas das coisas que já foram ditas sobre o mesmo, digo que quem ia buscar dinheiro à Europa era o senhor Primeiro-Ministro e Secretário Geral do Partido Socialista, António Costa. Referiu que se avaliassem, no Centro 2020, o distrito de Leiria, verificavam que não estávamos assim tão bem classificados, mas esperam, logicamente, que isto venha a mudar.

Em relação ao Pinhal Municipal, juntando àquilo que já foi dito pelo senhor Deputado Francisco Salvador sobre esta temática, entendia que o verdadeiro Plano de Gestão pudesse existir, no entanto não estava a ser cumprido e, como já disse no passado, existe de facto uma equipa que trabalha muito, mas o bom trabalho não está ainda a ser feito, apesar de fazer votos que isso deixe de ser uma realidade. Quanto à questão do Pinhal, o que está espelhado nas Grandes Opções do Plano é o que existe no Plano de Gestão, ou seja, refere que em 2022, o Lote 6, por exemplo, teria o aproveitamento da regeneração natural. Referiu que este aproveitamento da regeneração natural normalmente ocorre depois de haver o corte final ou por outras palavras o abate, e o Lote 6 não teve abate, logo, em 2022 não seria possível aproveitar a regeneração natural. Adiantou que isto estava previsto no Plano de Gestão, mas não é o que será executado, em 2022, como está previsto nas Grandes Opções do Plano. Expressou que, na última Assembleia Municipal do mandato, referiu esta questão em concreto, solicitou inclusive que lhe fosse enviada informação, relativa à Hasta Pública ocorrida acerca dos Lotes 6 e 18, uma vez que ficou com a ideia de que o corte teria ocorrido no Lote 17, e era preciso perceber se isto se confirmava. Por outro lado, era preciso que se reparasse que o valor foi 212.000 euros, portanto, é possível fazer-se investimento ao ir buscar-se estas verbas.

No que diz respeito ao PDM, naturalmente, estava interessado em perceber o que estava escrito sobre esta questão e é dito no texto que foi entendido que não devia ter sido discutido em pleno período eleitoral. Perguntou se isto foi entendido pela Câmara Municipal ou se foi entendido pelo senhor Presidente da Câmara, de forma individual, porque o senhor Presidente tinha referido em entrevistas que este processo estaria fechado em outubro de 2021, apesar de todos saberem que não iria acontecer. Disse, ainda, que todos teriam as suas opiniões, ele próprio achava que a campanha eleitoral era um ótimo momento para as pessoas que pretendiam liderar o concelho de Peniche, se pudessem comprometer perante a população naquilo que iriam fazer. Questionou se a equipa externa iria continuar e o que o senhor Presidente da Câmara pensava acerca disso.

Ao ler o documento, não conseguia perceber qual era a estratégia do município para a agricultura, uma vez que não existe qualquer referência em concreto, mas é preciso perceber o que se quer fazer relativamente à agricultura.

Relativamente à descentralização de competências para as freguesias, crê que existe um erro, pela forma como estava exposto, portanto, o município não iria continuar a apostar nessa descentralização, porque ela foi feita de forma definitiva e, segundo a lei, são competências da Junta de Freguesia que podem regressar à Câmara Municipal, caso haja um acordo específico para isso, mas, em termos legais, elas são das Juntas de

Freguesia. No seu entendimento, deveria ser feita uma avaliação, um balanço do primeiro ano, porque é preciso perceber a intervenção e os recursos, até porque, na sua opinião, os valores nunca serão suficientes, mas deve ser aproximado daquele que é o investimento das freguesias, porque existe a questão dos combustíveis, e a Freguesia de Ferrel está na mesma situação que a Freguesia de Atouguia da Baleia e, provavelmente, as Freguesias da Serra d'El-Rei e de Peniche terão a mesma questão. A senhora Deputada Dina Aparício mencionou a questão das lâmpadas, mas nas Escolas de Ferrel isso não se verifica, porque quando falta uma lâmpada, uma fechadura ou outro tipo de questões, a Junta de Freguesia não demora mais do que dois dias a intervir, daí a importância desta transferência de competências.

Em relação aos números e voltando à questão colocada inicialmente, a Junta de Freguesia na reunião que tiveram com a Câmara Municipal, relativamente às Grandes Opções do Plano, colocaram a questão dos investimentos que eram prioritários e percebemos que poderíamos aguardar pela realização da obra do cemitério, porque depois da intervenção que a Junta de Freguesia levou a cabo, este ano, estariam reunidas condições para isso, e a esse pedido o município acedeu, colocaram a verba para outro ano, mas aos pedidos que fizeram de investimentos este ano não acedeu, e daí, em termos globais, tinham 135.000 euros de investimentos, em 2021, e têm 61.000 euros de investimentos, em 2022, espelhados no Orçamento Municipal, o que, como é visível, representava menos de metade. Referiu, ainda, que, em 2021, dos 135.000 euros foram executados 32.000 euros, representando 23% de execução.

Destacou que deveria existir um erro ou um lapso, relativamente à casa da curva, porque tinha a informação de que um dos terrenos já foi adquirido e o valor que se apresenta para adquirir os terrenos é o mesmo que o ano passado.

Realçou que leu diversas vezes o documento e não reparou que existisse verba este ano para o reordenamento da ilha do Baleal, que o ano passado tinha 30.000 euros, pelo menos com esta descrição.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse que:

Tendo feito parte do anterior executivo, enquanto Chefe de Gabinete durante alguns meses, também ajudou a elaborar o documento das Grandes Opções do Plano, fez um trabalho prévio, porque tentou mudar-se o que vinha dos mandatos anteriores, e como diz o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, as Grandes Opções são de quem governa, e é uma linha orientadora, ou seja, não se esgota no documento que ali estava, por isso é que existe um executivo e existe o Órgão Assembleia Municipal para fiscalizar e para tomar as suas posições, quanto ao Orçamento ser alterado, não via mal algum.

Investimentos que não são feitos na zona rural, teria que discordar, porque, mais ou menos, têm sido feitos, no entanto, teriam de contextualizar, por que, no último ano e meio, quanto é que o município investiu no combate à pandemia?

Salientou que o documento, na página vinte e seis, refere que a ligação às freguesias continuava a ser essencial e que vão continuar a apostar na celebração de Contratos Interadministrativos, e a exemplo disto a Freguesia de Atouguia da Baleia, no mandato anterior, aproveitou, e bem, este procedimento. A Serra d'El-Rei, felizmente, tem bastantes investimentos feitos, também do mandato anterior, e teria de ser dado mérito ao senhor Presidente da Junta, Jorge Amador, porque tem uma Casa da Cultura, o asfaltamento está dito, ou seja, o investimento foi feito. Ferrel também teve os seus

investimentos, pois não se poderiam esquecer dos passadiços que estão na praia e não se poderiam esquecer do parque de estacionamento do Baleal e, por outro lado, não se poderiam esquecer do investimento que tem de ser feito ao nível dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Referiu que, felizmente, em boa hora, o projeto da Central Elétrica foi alterado e vai ter uma sala com cerca de 200 lugares, porque o projeto inicial era ao ar livre, agora, resolve, claro que não, mas há que tomar opções, porque o dinheiro é escasso e a estratégia de aproveitar as oportunidades dos Fundos Comunitários é uma estratégia que não poderiam descurar.

Ao nível da taxa turística, na sua opinião, deveria ser bem avaliada, porque a taxa turística incide sobre as dormidas, agora, será que o custo de oportunidade por uma taxa turística e o retorno que vai dar, vai ter o impacto que se pretende?

Ao nível da Saúde, compreendia as dores do senhor Deputado Henrique Estrelinha, mas, como todos sabiam, o que o município poderia fazer era tentar fazer charme político junto do Governo, junto das Instituições da Saúde, porque poder não tinham.

Em relação ao número de funcionários do município, são os que são, mas, neste momento, vamos despedi-los ou vamos otimizar os recursos existentes, até porque se a Câmara Municipal subcontratar não será barato, e os orçamentos para as Câmaras Municipais, seja em que setor, é sempre um fator a mais. Referiu que efetivamente esta é uma realidade e, provavelmente, teria de ser combatido, em sede própria, em ANAFRE e de Governo Central para se começar a acabar com algumas situações, porque os municípios também são um motor do desenvolvimento da economia.

Não estava tudo feito no concelho, há muito para fazer, existe um polidesportivo ou multiusos que deveria ser construído e teria de ser construído, mas com que solução? A anterior não agradou à maioria, no entanto, a solução teria de ser encontrada.

Nuno Madeira (PSD):

Disse que:

Em relação ao projeto da Zona do Vale do Grou e daquilo que entendeu, existe uma questão relacionada com a candidatura, mas, para além disso, há outras questões, e já todos perceberam que toda aquela zona está projetada há muitos anos, mas devido à sua orografia, não é uma zona fácil de infraestruturar, como tal, a sua preocupação prende-se com o facto de, eventualmente e uma vez que se está em sede de revisão do PDM, analisar uma nova localização. Caso ela avançasse, deveria tentar-se perceber que tipo de regulamento de acesso e que preços por metro quadrado vamos atingir com o nível de infraestruturas que temos de fazer, porque não nos podemos esquecer que uma zona industrial tem que ser competitiva também ao nível do preço por metro quadrado, por que senão não haveriam indústrias que quisessem instalar-se e também pela tipologia dos lotes, porque àquilo que é apanágio no concelho, temos tido zonas industriais com lotes de muito pequena área e com pouca capacidade de expansão. Referiu que, na sua opinião, estavam na altura própria de encetar as discussões, visto que o PDM ainda é um documento aberto que ainda pode ter lugar a revisão.

Sobre a Estratégia Local de Habitação, considera meritório recuperar o parque existente, construir mais alguma coisa, mas gostava de tentar perceber a sustentabilidade a longo prazo, ou seja, a dificuldade que a Câmara Municipal, muitas vezes, tem em cobrar rendas, para que, daqui a 20 ou 30 anos não estarmos outra vez a ter que nos candidatar a fundos para voltar a recuperar o parque existente. Foi manifestada uma preocupação pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, que reitera, que tem que ver

com a questão de a dificuldade dos jovens encontrarem casas para alugar ou para comprar devido aos preços que se tem atingido que, na sua opinião, se deve, também, ao facto de não termos, até ao momento, um PDM bem definido e aprovado, porque é um documento estratégico para o concelho e deveria ser presente à Assembleia Municipal para discussão, com a maior urgência possível.

Relativamente às concessões municipais, algumas delas estão encerradas há vários anos e não se vê princípio à vista de voltarem a estar concessionadas.

Não havendo projeto para a Rua 13 Infantaria, o que motivou a demolição do edificado existente.

José Monteiro (CDU):

Disse que:

Há pouco, foi abordado o assunto do PDM e o senhor Presidente da Junta de Ferrel, Pedro Barata, falou de uma nota referida nas GOP, à qual acrescentaria que no ano 2022 retomariam o processo de revisão. Perguntou se todas as etapas estavam previstas, qual a calendarização prevista, a fim de se cumprir os prazos que terão de ir até ao final de 2022, tendo em conta que o munícipe se enquadrará no Decreto-Lei n.º 25/2021.

Sobre a Marina Atlântica, foi dito pelo senhor Presidente que não passava de um simples de projeto, no entanto, gostaria de saber se, caso o projeto avançasse, estava assegurada a requalificação da zona envolvente, incluindo a recuperação do Cais das Gaivotas e do Forte as Cabanas.

Quanto à Carta Educativa, pretendia saber se seria mesmo para concluir em 2022 e se existia cronograma para a finalização deste processo.

Na Rede Local de Educação e Formação, mostrou-se satisfeito por ver a promoção e o reforço da Rede Local de Educação e Formação uma vez que é fundamental a melhoria das competências e das qualificações, porque cada cidadão que se valorize era claramente um sinal de que o concelho está melhor preparado e as pessoas estão melhor formadas, reúnem condições para assumir as funções, enquanto ativo na sociedade, e a articulação com as diferentes entidades formativas existentes no concelho, parecia-lhe, de facto, uma boa aposta, para que não se esconda a componente da educação, porque o concelho, e pela experiência ao nível do Centro Qualifica, ainda tem um número significativo, que não é residual, de cidadãos que não possuem a escolaridade obrigatória, sem contabilizar a percentagem de cerca de 5% de adultos que não tem a quarta classe. Disse, ainda, que existem várias entidades formativas no concelho onde o Centro Qualifica poderá ter um papel importante de agregação e, simultaneamente, de articulação. Há pouco o senhor Deputado Luís de Almeida referiu a dificuldade que o Instituto de Emprego e Formação Profissional tinha em realizar formações no concelho.

Quanto à democracia participativa, comungava das mesmas preocupações e gostaria de saber o que se passava em relação ao Orçamento Participativo, porque é referido no documento que aguarda projeto, logo, era importante retomá-lo.

Quanto aos parques infantojuvenis, foi referido quantos encerraram, e foram muitos, e questionou se há planos para os repor, quais as soluções e se existe um cronograma para voltarem a funcionar em pleno, até porque nas GOP fala-se num novo conceito para os parques infantojuvenis que, obviamente, a evolução tecnológica exigirá e que é de saudar, mas, ao mesmo tempo, este conceito terá custos, qual será o custo previsto para este novo conceito e quando é que poderá ser implementado.

Em relação ao monumento ao Homem do Mar, que acaba por reportar um pouco

a história desta terra que está e estará sempre ligado ao mar, monumento erguido há quase trinta anos e que, como todos sabiam, em dezembro de 2020, ruiu e a autarquia, e bem, fez a limpeza da plataforma na zona da Ribeira Velha, onde assentava a escultura e, por isso, gostaria de saber se existe algum projeto para voltar a reerguer o monumento ou outra solução para aquele espaço. Recordou que foi feito um referendo e a conclusão do mesmo foi de que deveria haver outro monumento no mesmo local.

Quando se colocam questões para o futuro, a longo prazo, de Fundos Comunitário e de PRR, não há referência nas GOP no que diz respeito à terceira fase do Fosso das Muralhas, será porque ainda é cedo, não há projeto, existe ainda a possibilidade de candidatura num horizonte mais longo, até 2030.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Solicitou que fosse dada a palavra ao senhor Vereador Ângelo Marques e, posteriormente, à senhora Vereadora Ana Batalha.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Relativamente à agricultura, os Pelouros relacionados com a pesca e com a agricultura, em virtude de não terem funcionários e técnicos municipais afetos a estas áreas específicas, são Pelouros em que o trabalho tem de ser feito em rede, naquilo que é a relação com outras entidades, sejam elas da Administração Pública, do Estado, das Associações e das organizações de produtores, e tem sido neste âmbito que, nos dois meses de funções, tem procurado exercer, diligentemente, a sua função de Vereador. Falou de ações concretas que não estão espelhadas nas Grandes Opções do Plano, foram efetuados alguns contactos, no âmbito dos serviços descentralizados do Estado, no sentido de, por um lado, promover e apoiar a participação de agricultores em ações de formação, identificar e apoiar os agricultores naquilo que são possibilidades de Fundos Comunitários, e aproveitou para saudar a Junta de Freguesia de Ferrel pela iniciativa que teve com os agricultores, numa ação de promoção e esclarecimentos relativamente a possíveis financiamentos da área agrícola, mas acredita que outras Juntas de Freguesia também tenham tido no passado ou possam vir a ter no futuro atividades idênticas, também, não menos importante, ações de sensibilização e medidas pedagógicas que se prendem com vários temas, nomeadamente, a utilização de caminhos agrícolas, a rentabilização e utilização de águas, entre outros, e também, duas questões, uma que tem que ver com a necessidade e a ambição de voltar a promover um certame anual com produtos agrícolas do concelho, aliás, esse certame já foi efetuado no anterior mandato com uma participação muito efetiva da Move Peniche e, na sua opinião, poderiam estar reunidas as condições para que o certame se realize e se possam apoiar os nossos agricultores na efetivação de negócios e, também, dar a conhecer os produtos hortícolas e agrícolas do nosso concelho. Mencionou uma outra situação que não vem espelhada em termos de GOP, mas que tem uma rubrica aberta, que tem a ver com a aquisição de serviços que, obviamente, pode ser utilizado na implementação destas iniciativas e também numa iniciativa que considera muito importante que tem que ver com a certificação dos nossos produtos agrícolas. Acrescentou que estas questões estão sinalizadas, apesar de, nas Grandes Opções do Plano, falar de uma forma muito macro, mas são para ser efetivadas no decorrer do ano 2022, esperando que conseguir efetivar a grande maioria neste ano de 2022, não podendo concretizar todas em 2022, com certeza, durante o mandato serão uma realidade.

Quanto às observações do senhor Deputado Francisco Salvador, que é uma pessoa com muitos conhecimentos e provas dadas na área do turismo, sobre a taxa turística, percebeu a intervenção, na sua opinião, era uma situação a equacionar, não era completamente descabida, é uma possibilidade que deve ser verificada, mas, de facto, no município com dificuldades de receitas, é sempre uma situação a equacionar, que não deve ser, de todo, descurada.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Luís de Almeida, que agradeceu e, sobretudo, concordou que era incompreensível não existir uma incubadora de empresas, que não existisse uma *Start Up* no nosso concelho, mas há muitos anos a esta parte. Referiu que, de facto, existem em muitos outros concelhos *Start Up*'s, algumas de iniciativa privada, outras de municípios e outras de Universidades e Politécnicos e, portanto, tendo o Pelouro da Economia e Desenvolvimento iria agarrar este dossier de forma muito diligente e efetiva, e para si seria uma grande desilusão se, no final do mandato, não tivessem uma incubadora de empresas a funcionar em Peniche, seria uma não concretização, e não iria fazê-lo, com todo o respeito que tem pelo senhor Deputado Luís de Almeida que é uma pessoa que tem muita experiência na área empresarial e do turismo, porque o referenciou, mas porque a questão estava referenciada no programa eleitoral do Partido Socialista, logo, é uma questão que está muito presente naquilo que é a sua atividade na Câmara Municipal, todos os dias.

Em relação à formação, estavam em conversação com a Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste, no sentido de implementar um programa que procura capacitar o desenvolvimento turístico do concelho de Peniche no quadro da região Oeste. Referiu que o programa prevê valorizar e beneficiar 75.000 trabalhadores do Setor do Turismo, público, privado e associativo. Indicou que contribuirá, ainda, para a captação de talento, qualificando pessoas de outros setores ou desempregados que queiram ingressar no Setor do Turismo e outros que queiram elevar o seu salário. Deu conta que o programa é uma das medidas do plano "Reativar o Turismo, construir o futuro" promovido pela Escola do Turismo de Portugal em parceria com as autarquias, enquanto agentes que estão mais próximos das realidades locais e mobilizadores da mudança de estratégias. Disse, ainda, que, obviamente, sendo concreto, tinha muita a ver com conteúdos formativos dirigidos a empresários, gestores, quadros intermédios e operacionais em percursos que podem variar de cinquenta a duzentas horas, personalizados à medida de cada concelho, após a elaboração de um diagnóstico de necessidades e vontades, obviamente, em articulação com as escolas de turismo, nomeadamente a Escola de Turismo do Oeste, mas, como não poderia deixar de ser, com os empresários e com os agentes locais que vão ser chamados a participar na fase de diagnóstico e vão ser chamados também, porque a responsabilidade teria de ser partilhada, a concretizar e operacionalizar, naturalmente, com um envolvimento muito direto da Câmara Municipal e do próprio, nesta questão. Acrescentou que está mais do que sinalizado, já foram efetuados contactos nesse sentido, estão atentos e vão trabalhar nesse sentido.

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, numa democracia era normal discordar, mas também é normal que, apesar de discordar, de terem diferenças de opinião e de estilo, era possível chegar a consensos em prol daquilo que são os superiores interesses do concelho de Peniche, e é por isso que os Vereadores Ângelo Marques e Ana Batalha têm Pelouros atribuídos, porque chegaram a consenso, em prol dos superiores interesses do concelho de Peniche. Expressou que, uma vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, fez questão de referir, com todo o respeito, em democracia são estas coisas, como é fazer uma

apreciação das GOP e do Orçamento de 2000 para 2022, descrever exaustivamente obras anteriores, de há não sei quantos anos atrás, referir várias vezes que a Coligação Democrática Unitária investiu, que a Coligação Democrática Unitária fez, que a Coligação Democrática Unitária queria fazer, mas não conseguiu por este ou por aquele motivo, e o grande trabalho que a Coligação Democrática Unitária fez na Câmara Municipal, e fez isso com legitimidade democrática, obviamente, mas também com a mesma legitimidade democrática não poderia deixar de mencionar este facto.

Vereadora Ana Batalha (PS):

Disse que:

As Grandes Opções do Plano são um documento que espelha aquilo que eram as propostas que o Partido Socialista tinha na Área da Educação e que é claramente um documento que assume como prioridade a Educação e neste aspeto, realçou este ponto.

Em relação à Carta Educativa, trata-se de um documento fundamental e estruturante, naquilo que diz respeito à definição do que pretendem para a Educação no nosso concelho. Referiu que o anterior executivo contratou, este ano, uma empresa de consultadoria para fazer a revisão da Carta Educativa, que está em vigor desde 2007, portanto, é uma carta que não está, como é evidente, atualizada, porque muito mudou, o contexto social, o contexto económico, muitas mudanças que necessariamente se vão refletir também naquilo que é a visão da nova Carta Educativa. Adiantou que a Carta Educativa e aquilo que foi definido tem, em termos de cronograma inicial, uma primeira fase de levantamento e de diagnóstico. Aquilo que é a situação ao nível dos equipamentos dos edifícios do nosso parque escolar. Esse primeiro levantamento, uma versão que foi apresentada, que era de agosto, tendo em conta o processo eleitoral, acabou por não ter sido analisado o resultado proposto pela empresa. Deu conta que já se fizeram encontros e reuniões com a empresa, foi solicitado um aprofundar da recolha de elementos necessários para esse diagnóstico inicial, nomeadamente informações relativas a algumas instituições que não tinham sido tidas em conta, aspetos relacionados com elementos estatísticos de alguns agrupamentos que, por lapso, não enviaram, inclusive algumas instituições, existentes no concelho, que prestam formação profissional, cursos profissionais, nomeadamente, o Qualifica da Escola Secundária de Peniche que não tinha tido a informação que é pertinente, portanto, um conjunto de situações que foram detetadas e que, neste momento, estão a ser incluídas no diagnóstico. Acrescentou que o diagnóstico era muito importante, porque era a partir dessa fase que iriam definir o reordenamento da Rede Educativa, vai ser fundamental para mapear e definir que edifícios escolares teriam que construir, que edifícios teriam que reabilitar, quais os que vão ter que deixar de estar dedicados, portanto, um conjunto muito importante de dados e que não podem, como é evidente, numa Carta Educativa ser feita com muita rapidez, se quiserem que seja um documento com toda a informação que necessitam, porque a seguir vai ter de haver a discussão pública daquilo que é a proposta de reordenamento. E mais do que isso é também a definição do Plano Estratégico Educativo Municipal, porque não são só paredes, não são só escolas, mas, também, aquilo que querem, em termos de escola e da educação no concelho. Expressou que isto passaria por compreender que temos escolas no nosso concelho e temos um grande atraso, tendo em conta aquilo que estava previsto desde 2007 e não foi concretizado, exceto o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, no nosso parque escolar, existem escolas muito atrasadas no tempo, escolas do primeiro ciclo na nossa cidade que são do centenário ou são do estado novo, enfim, a escola é aquilo que se quer proporcionar, em termos de

desenvolvimento de competências, e em pleno Século XXI os nossos alunos têm que ter, ao nível do espaço e dos equipamentos, a oportunidade de ter condições para desenvolver as competências que são necessárias neste âmbito. Por outro lado, temos de ter escolas que respondam àquilo que é a política educativa nacional.

Algumas das situações referidas pela senhora Deputada Dina Aparício, relacionado com a Escola Secundário de Peniche, sim, mas não é apenas esta escola, e como já foi dito a transferência de competências para o município, da Área da Educação, trouxe um volume enorme de responsabilidades e, também, de necessidades de intervenção, e por isso, as Grandes Opções do Plano apontam para a reorganização e reformulação dos serviços, e neste âmbito, ao nível da nova organização, o organograma irá contemplar uma divisão dedicada à Educação, para que possa ter os setores necessários de intervenção naquilo que é a vida na comunidade educativa.

Iriam estar atentos a todos os programas, seja PRR, seja 20-30, para tudo o que necessitem candidatar para infraestruturas, os chamados equipamentos, e neste caso, estão atentos aos planos de ação para a transição digital das escolas, que é fundamental, e logo que as candidaturas surjam poderem equipar as escolas com laboratórios, com equipamentos, projetores e computadores. Deu nota que não faltam apenas cortinas na Escola Secundária de Peniche, há salas de aula sem computadores, mas estão muito atentos, está a ser feito um levantamento exaustivo para que a intervenção seja também uma intervenção com conhecimento e com consequência, nomeadamente, para aquilo que querem ao nível de desenvolvimento educativo no nosso concelho.

A Cultura era espelhada como uma área importante no desenvolvimento de projeto e de atividades, muitas das propostas não aparecem espelhadas diretamente nas Grandes Opções do Plano, por não ser essa a vocação, mas no Orçamento aparecem muitas rubricas que é importante ter em atenção, uma delas prende-se com o monumento ao Homem do Mar. Aproveitou o momento para agradecer a oportunidade, uma vez que tinha muito prazer em falar desta questão. Sabe-se que fez um ano que o monumento ruiu. Era um monumento de 1992 e que pertencia ao escultor João Duarte, um monumento que tinha inclusive sido premiado a nível nacional pela própria Academia Nacional de Belas Artes, e o desmoronar tem sido um tema de muito debate entre a comunidade. Disse, ainda, que na altura em que o projeto foi realizado houve a possibilidade de duas hipóteses de construção do monumento, uma em bronze, mais resistente, mais duradouro, e outra numa liga que não garantia muito tempo de vida, tendo sido opção a segunda via. Em relação à convicção do Partido Socialista e a convicção enquanto membros do executivo, as suas posições iam ao encontro da defesa e do respeito pela obra, pelo autor, respeito por todos aqueles que, num contexto, contribuíram para que houvesse aquele símbolo da identidade presente naquela corporizado, uma escultura que representava o homem do mar, mas muito mais do que o homem do mar, um conjunto de simbologia e de significado muito relacionado com a identidade marítima. Acrescentou que sempre defenderam e consideraram que fazia sentido fazer-se a reconstrução do monumento, a proposta foi apresentada ao senhor Presidente da Câmara que, desde logo, admitiu ser também o seu entendimento e vontade, abrindo a porta a que o pudessem contemplar no orçamento.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu as intervenções feitas pelos senhores Vereadores Ângelo Marques e Ana Batalha, relativamente ao documento.

Em relação ao documento, registou as críticas, já assumiu que, para 2023, pretendiam um documento diferente, mas pelo menos alguém compreendeu o propósito de uma parte do enunciado da apresentação, que tem a ver com algumas pessoas que vieram de novo, mas também tem um propósito pedagógico para algumas pessoas que, para além dos autarcas, possam ter acesso ao mesmo.

Relativamente aos asfaltamentos, disse que o senhor Deputado Hugo Martins acabou por responder, é certo que tiveram uma dificuldade acrescida, porque houve a necessidade de substituir todo o equipamento da equipa de asfaltamento, porque estava imprópria, foi tudo para o ferro velho, não tivemos acesso a verbas disponíveis para fazer aquilo que, pessoalmente, imaginava ser possível, que era fazer a empreitada de uma grande parte dos investimentos necessários, porque, na verdade, haviam zonas do concelho, algumas delas ainda existem, que estavam paupérrimas, mesmo na cidade, e era preciso começar por algum lado, mas, sim, começámos tarde, no entanto, na sua opinião, foi feito um bom trabalho na Freguesia de Ferrel e, também, em algumas zonas da Freguesia de Atouguia da Baleia. Referiu que o plano existe e seria apresentado aos senhores Presidentes de Junta, logo que houvesse oportunidade para realizar a primeira reunião do mapa de obras, que será o resultado da avaliação e dos contributos dados pelos Presidentes de Junta cessantes e pelos que permaneceram, até chegar ao fim. Disse que não existe a preocupação de apresentar muitos quilómetros, há a preocupação de, em cada localidade, os espaços públicos que estão em pior estado serem os primeiros.

Disse que existem, de facto, esgotos a céu aberto, e era inaceitável manter o que existia em Bolhos. Houve uma obra que foi feita, em 2017 ou 2018, no início do mandato, na Rua das Flores, nos Casais Brancos, que não era de grande dimensão e que foi feita rapidamente. A Rua Principal da Bufarda, como estava não era admissível e procuraram a solução com o apoio do senhor Presidente da Junta de Freguesia e dos proprietários que nos deixaram passar as manilhas. Era também inaceitável no Alto do Veríssimo e nos Casais Fetais, esta sim, uma obra de grande dimensão que será feita e já contempla o trabalho do saneamento. Indicou que não ficaram esquecidas algumas situações da Bufarda, nos Casais do Júlio e na Rua do Ribeirinho, em Geraldês, são situações que chocam e como alguém já disse, nem que fosse 1%, teriam que atingir os 10%, a lacuna é se não se conhecer, mas em termos de Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, a partir do momento que houvesse conhecimento era para resolver. Expressou que poderiam comparar o que quisessem, os asfaltamentos que se fizeram em cada mandato assim como outras coisas que se fizeram, mas desafiava o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, para que se fizesse a comparação dos orçamentos e das contas das Juntas de Freguesia do mandato passado com o mandato anterior, e comparar em termos de espaço e de alinhamentos, e era incomparável, porque a Freguesia de Atouguia da Baleia, o mandato passado, levou tanto como as Juntas de Freguesia em dois mandatos no passado, através dos contratos de obra, e vão continuar, com rigor, sem deixar fugir o material pela porta de trás, aliás, com a contabilidade de custos passará a ser mais claro, aliás, em 2023, esperava, quando apresentassem as contas, ter a possibilidade de dizer as quantias certas por cada freguesia.

Disse que não existe estudo prévio para a Marina, existe uma intenção que parece ser transversal, estão a ver o que se quer, não há ideias pré-concebidas, mas poderiam falar com o Governo, com as entidades de Peniche, com os pescadores, com os empresários, com a Docapesca e a partir dali trabalhar. Logicamente que com isto não iriam abandonar a ideia de acabar, na primeira oportunidade, a terceira fase de Fosso.

Quanto ao Forte das Cabanas, informou que existe um problema para resolver, que está em Tribunal, e a partir daí, há um conjunto de decisões que a Câmara Municipal tem que tomar e que vai tomar, com certeza.

Sobre os parques infantis, disse que estavam em mau estado, tirando um ou outro, há a necessidade de um grande investimento, foi feito um bom investimento, na sua opinião, naquele do Parque Urbano, há um projeto e está em orçamento outro na cidade, mas o propósito é para continuar, desde que o Orçamento permita.

O senhor Deputado Francisco Salvador falou na questão dos funcionários, mas, atualmente, estão a atravessar uma fase de transição entre aquilo que existia e o que há, pois havia muita desmotivação, não havia muito reconhecimento, as coisas não estavam organizadas, e isso para si é que era a grande mudança. Aproveitou o momento para agradecer a todos os funcionários do Município que se têm empenhado, porque nem todos se empenham, inclusive, alguns poderiam sair e não seria preciso substituí-los. Reforçou que estão a apostar na contratação de empresas e, atualmente, a limpeza das Piscinas Municipais, a limpeza e a segurança do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche são feitos por empresas. Disse, ainda, que não deveriam olhar para o orçamento como sendo restritivo, não é, mas a sobrecarga na avaliação dos trabalhadores que vieram da Área da Educação era complicada e a questão da contratação dos professores para as Atividades de Enriquecimento Curricular é complicada, agora, vão abandonar o objetivo. Referiu que teriam que apostar nos Técnicos, e nos Técnicos que são bons e nos Assistentes Técnicos, no entanto, concordava que tinham pessoal a mais, que teriam que reduzir o número de trabalhadores, têm que ser mais eficientes, mais competentes, mais dedicados para haver melhores resultados, melhor atendimento, mas também reconhecimento.

Em relação ao Orçamento, a questão da competência delegada no Presidente, não tem o propósito de fechar ou esconder, é porque as reuniões são quinzenais e existe uma dificuldade acrescida e, por vezes, há necessidade de alterar o orçamento, mas a informação é sempre disponibilizada na reunião seguinte.

Sobre as incubadoras, a Smartocean é uma incubadora, e tem que se fazer mais, mas os empresários têm que ajudar um bocadinho. Relativamente à formação e às salas existe no Formar, no Cenfim, no IPL, na Escola Secundária de Peniche, não temos é organização e não se pode pedir à Câmara Municipal que faça tudo.

O PRR é uma grande oportunidade que está a ser trabalhada e que está dirigida para algumas áreas, nomeadamente para a área digital.

A Carta Educativa não tem a discussão feita, tinham que discutir uma a uma, teriam de ser sérios e decidir o que queriam para as nossas escolas todas e aproveitar os espaços como entenderem que devem aproveitar, porque são os autarcas de decidem, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

Salto informático, sim, quando diz que estão a recuperar o tempo perdido era neste sentido, não era aquilo que o senhor Presidente da Junta referiu, não queria comparar, já passou, e tem feito muita pressão e exigido para implementar o despacho digital, uma ferramenta intransponível porque os obrigava a trabalhar e a ter consciência do que estava para despachar, a luta tem que ver com o facto de alguns, mesmo simpatizando com a informática, continuam a despachar por email, e isto foge ao esquema.

Em relação ao Espaço do Cidadão, disse que iriam verificar se tinha cabimento ou não no novo edifício da Central Elétrica.

Sobre o amianto, indicou que a primeira escola a ser retirado seria na Escola Secundária de Peniche, até porque foi consignado em setembro.

Disse que a habitação não era protecționismo, era muito mais complexo do que a etnia cigana. Referiu que este era, de facto, um grande problema, porque os jovens não tinham acesso à habitação por força dos preços praticados, e mesmo com preços elevados existem poucas, assim como a sobrevalorização da habitação para aquisição. Disse, ainda, que os alojamentos locais acabaram por alterar substancialmente a oferta de casas para alugar.

Relativamente ao protocolo das freguesias atualizado, disse que poderiam discutir tudo, mas de forma séria, e era preciso olhar para o valor transferido para gasóleo.

Quanto ao orçamento participativo, deu conta que o parque canino era para avançar através de uma empreitada e o quiosque teria que verificar. Disse que o orçamento participativo era para avançar, já deveriam ter feito o regulamento, sabiam que estavam atrasados, mas iriam corrigir.

Sobre os glifosatos, referiu que, na sua opinião, era uma discussão entre a saúde e a falta dela, no entanto, há técnicos que dizem o contrário. Disse que era uma situação nefasta para todos que foi cedo demais, porque não estavam preparados, e foi tarde demais em relação à saúde. Indicou que o cheiro a lixívia era mesmo lixívia, porque têm sido feitas muitas experiências, mas, atualmente, existe uma equipa de deservagem que anda muitas vezes na rua, apesar de poder andar mais, têm produtos não muito eficientes, mas não são glifosatos.

Em relação aos investimentos e ao que estava no orçamento ou não, disse que era difícil prever uma verba exata quando não existem projetos para sustentar. Não existem quantificações nem estimativas, façam-se projetos, mas cuidado com as opções, porque há projetos que só podem ver a luz do dia, em termos de concretização, se houver fundos para apoiar, em termos de candidaturas e, na sua opinião, o Município não dirá que não, mas fazer obras de grande dimensão apenas com fundos do Município e das Juntas de Freguesia.

Quanto à gestão do Pinhal, expressou que foram feitas críticas que fazem com que tenha de falar com a equipa e com os responsáveis para saber o que estão a fazer, mas desde que a Câmara tem a equipa de sapadores, e é a única Câmara no Oeste a ter, que têm feito um bom trabalho e seria para continuar. Referiu que o senhor Deputado Francisco Salvador tinha razão no que disse, mas estava à espera de uma oportunidade para apresentar uma candidatura e o PRR poderia dar algumas verbas.

Em relação ao PDM, disse que apresentou à Câmara Municipal a proposta da equipa que estava a trabalhar consigo, foi negociado e suscitou que não fazia sentido, apesar de respeitar quem pense o contrário, que fosse um tema de discussão durante a campanha eleitoral, até porque as competências desta ordem, a nível dos autarcas, não são fáceis de agarrar. Assumiu ter dito que era um bom documento para discutir em sede de Câmara, após as eleições e é isso que irá acontecer em janeiro de 2022. Relativamente à continuidade da equipa externa, referiu que há coisas que não se dizem publicamente. Indicou que a equipa não tinha contrato com a Câmara Municipal, mas os interesses do concelho obrigavam-no a ter bom senso.

Foi dito pelo senhor Deputado Nuno Madeira que seria difícil a infraestruturização da zona industrial de Vale do Grou, de facto será difícil e, em relação ao saneamento, são as cotas. Referiu que voltar atrás para fazer um novo processo, era voltar atrás dez ou doze anos, porque aquilo está aprovado, em termos de administração pública. Disse,

ainda, que o espaço estava dividido em unidades operativas que é interessante, porque poderiam fazer por fases, e mais interessante não era a Câmara meter-se naquilo, era os proprietários juntarem-se e fazer uma unidade de execução ou uma unidade operativa, mas não conseguiram. Acrescentou que não queria falar muito nesta questão, porque não a queria tornar política. Referiu que os preços competitivos era uma estratégia, não pretendiam ganhar dinheiro e se tivessem que perder algum que se perdesse ali, mas tinham que acelerar. Em relação aos lotes, adiantou que estavam consideradas várias tipologias, até porque existem vários tipos de empresas, mas a ambição era executar aquilo rapidamente, em termos de projeto, de venda, de realizar o dinheiro, porque teriam de pedir empréstimo, para amortizar. Disse, ainda, que a primeira fase seria executada e, posteriormente, haveria pessoas interessadas. Portanto, ou são os privados ou a Câmara teria que fazer mais uma ou duas unidades operativas, porque depois seria mais fácil.

Informou que a demolição da Rua 13 de Infantaria aconteceu, porque tinha receio que o edifício que está mais próximo das muralhas caísse.

Agradeceu os contributos dados na sessão de hoje, que registou e que esperava ter em conta.

Aproveitou o momento para agradecer aos Técnicos Municipais o trabalho que fizeram, que foi exigente.

Agradeceu à senhora Deputada Dina Aparício que fez um registo que mais ninguém conseguiu fazer na Assembleia Municipal durante muitos anos, entrou agora e viu coisas positivas, e normalmente este era um defeito de todos, porque se vê muito as coisas negativas.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que refutava completamente a questão e o trocadilho que se fazia entre o que era política e o que não era política. Todos os que são da lista do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária são políticos, estão no exercício político. Política era tudo o que estavam a fazer desde que entraram da porta para dentro.

Relativamente ao gasóleo, disse que tinham o controlo feito que está inclusivamente exposto na parede e só os veículos da Junta de Freguesia é que andam.

Em relação aos contratos interadministrativos e contratos de obra, disse que a Freguesia de Atouguia da Baleia, no mandato anterior, aproveitou e os outros não aproveitaram. Mas era preciso dizer que houve contratos de obra da Freguesia de Ferrel que levaram seis e oito meses para ser aprovados e depois foram quase todos aprovados em duas reuniões, pouco tempo antes das eleições para ficarem todos aprovados. Deu exemplo de um pedido feito em julho deste ano que ainda não foi à Câmara Municipal e existiam dois da Freguesia de Atouguia da Baleia, de setembro, que já foi a reunião de Câmara, e isto causava, naturalmente, diferenças. No início do mandato anterior já a Freguesia de Atouguia da Baleia estava a executar contratos de obra, quando a Freguesia de Ferrel soube que podia solicitar contratos de obra daquela forma e que era necessário apenas um alinhamento e não um projeto, porque a Junta de Freguesia de Ferrel nunca teve direito a projetos, por isso é que se tivessem partido todos na mesma linha, provavelmente, estariam mais equilibrados e não estão.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Começou por dizer ao senhor Vereador Ângelo Marques, do Partido Socialista,

que quem fiscalizava a Câmara Municipal era a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal não fiscalizava a Assembleia Municipal.

Respondendo à senhora Vereadora da Educação, quando referiu que, relativamente à Carta Educativa, nada foi feito ou quase nada, disse que teriam de falar muito a sério, até porque quando a Coligação Democrática Unitária terminou o mandato, entregou os dossiers todos e nos mesmos ia um balanço de tudo aquilo que tinha sido feito na Educação. Relembrou que quando chegou à Câmara Municipal de Peniche, algumas escolas do primeiro ciclo faziam-lhe lembrar algumas escolas de África que conheceu por fotografia, elas estavam degradadas, sujas, do ponto de vista exterior eram uma verdadeira desgraça e isso obrigou a um plano de investimentos da Câmara Municipal em todas as escolas do concelho. Disse, ainda, que as escolas do primeiro ciclo, jardins de infância novos e aqueles que foram ampliados, mas também foram dadas respostas às pessoas com deficiência e recordou as salas que abriram no concelho, na cidade, em Geraldês, no Agrupamento de Atouguia da Baleia, entre outros.

Referiu que estava muito à vontade relativamente ao PRR, porque era o único autarca que ali estava a fazer parte do grupo de trabalho do PRR e sabia o quanto a parte digital iria ser importante para todos e achava que iria haver muito dinheiro para a formação. Informou que iria haver um aviso, no âmbito do 2030, apenas para as freguesias, para projetos até 300.000 euros, requalificação pública. O seu trabalho de casa, até ao final deste ano, era apresentar um conjunto de propostas para entrar naquele aviso e, certamente, os seus colegas Presidentes de Junta iriam aproveitar bem e a Associação que vão criar, relativamente às freguesias, iria permitir que fossem o mais longe possível. Indicou que não tinha consigo, mas iria trazer e fornecer o conjunto de intervenções que foram feitas e, certamente, a senhora Vereadora Ana Batalha iria mudar de opinião.

Adiantou que não colocou a questão do gasóleo na sua intervenção, relativamente à transferência de competências, porque tinha uma opinião diferente da dos seus colegas e achava que tinham de ser justos, porque quando o gasóleo baixou também não colocaram o problema. Mas há um aspeto que deveria ser equacionado por todos, inclusivamente pelo senhor Presidente da Câmara, que era a questão do pessoal, ou seja, o aumento, mais que justo dos trabalhadores, do salário mínimo nacional trouxe-lhes também um valor acrescentado que iria além daquilo que recebiam, e sem dúvida nenhuma que, em função da dimensão de cada uma das freguesias, esta era uma questão, parecia-lhe que esta sim era, mais pertinente pelo aumento verificado, e não era este ano. E, este ano seria assim e no próximo ano e no outro, como sabiam, ele vai atingir um valor muito alto e aí o valor com o pessoal irá obviamente ser muito maior.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que ficou incomodado com a resposta do senhor Presidente da Câmara, porque quando falou no gasóleo foi tudo menos que houvesse a possibilidade de haver algum desvio por parte da Junta de Freguesia a este respeito, nem autorizava que o colocasse em causa. Referiu que quando o protocolo de delegação de competências foi efetuado o gasóleo estava a pouco mais de um euro, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tem 40.000 euros para gasóleo, o que significava que comprava quase 40.000 litros de gasóleo. Atualmente, com o mesmo dinheiro adquire 23.000 litros, que de alguma forma era insuficiente para a Freguesia de Atouguia da Baleia, para além do que foi falado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, relativamente às despesas com o pessoal, mas do gasóleo existe, atualmente, uma

diferença brutal. Acrescentou que não autorizava que metesse em causa a forma como a Junta de Freguesia estava a gastar gasóleo, porque não foge dali um litro de gasóleo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Desafiou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, para que tivessem a noção do gasóleo que gastava e no gasóleo que se gastava agora.

Deliberação n.º 59/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (5), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2022. (Doc. 32)

A Bancada do Partido Social Democrata entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

O sentido da abstenção ao documento “Grandes opções do Plano” do Partido Social Democrata deve-se ao facto de não estarem evidentes nos documentos apresentados quais os projetos que a Câmara Municipal está a preparar para candidatar ao Plano de Recuperação e Resiliência.

Considera-se que, além do referido no documento das “Grandes opções do Plano”, dever-se-ia preparar projetos mais estratégicos que se consideram ser muito importantes e de grande necessidade a médio prazo:

- Incubadora de empresas, incluindo um centro de formação profissional capaz de viabilizar as ações do Centro de Emprego (IEFP);*
- Conversão da candidatura já elaborada para estruturar uma zona do Parque Industrial do Vale do Grou;*
- Museu de Peniche (dinâmico e marca da identidade Penicheira...);*
- Plano de medidas tendentes à criação de empregos qualificados;*
- Sala de espetáculo polivalente com palco de dimensão que permita a realização de teatro, bailado,...»*

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2022:

A Assembleia passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 60/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com doze (12) votos a favor, dos membros eleitos pelo

Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pelo Partido Socialista (5), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2022. (Doc. 33)

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2022:

A Assembleia passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 61/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6) e pela senhora Deputada Ana Filipa Vala Fialho, eleita pelo Partido Social Democrata (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1) aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2022. (Doc. 34)

A Bancada da Coligação Democrática Unitária apresentou, relativamente aos pontos 3, 4 e 5 da ordem do dia, a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

A oposição não votou uma única vez contra as propostas do município.»

A Bancada do Partido Social Democrata entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de Voto

A razão da presente abstenção do Partido Social Democrata dependeu de se considerar que os dados disponibilizados não são suficientes para uma tomada de decisão devidamente fundamentada.

Considera-se desejável que a despesa em salários não tenha, proporcionalmente, um peso tão elevado nos encargos da C.M.Peniche.

No entanto, considera-se que a prestação de serviços aos utentes deve ter um bom nível de qualidade. Não conhecendo devidamente a realidade, não se pode afirmar se o “Quadro de pessoal” é correto, ou não.

Considera-se que é frequente que a ineficiência do serviço prestado não dependa da escassez de pessoal, mas da organização e liderança.

Considera-se que a elaboração de um organigrama por sector e a responsabilização de chefias intermédias, poderão contribuir para uma melhor qualidade dos serviços.

Uma correta liderança e organização podem ser motivadoras dos colaboradores e ultrapassar o que se interpretou como escassez de pessoal.

Em conclusão:

- A documentação apresentada não permite informação sobre o apresentado.

- Antes de se contratar deve-se estar seguro da otimização organizacional e da eficiência

da liderança.»

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2022:

A Assembleia passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, relativamente a esta questão, a Junta de Freguesia apresentou algumas propostas concretas relativas a problemas de pluviais em duas zonas da Freguesia da Serra d'El-Rei. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara tinha a informação que permita responder às questões formuladas e se foram incluídas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não sabia precisar o nome das ruas, mas num dia de chuva passou por lá e achava que era difícil, porque se informou e sabia que teria de passar por baixo de uma conduta, no entanto, era possível, e a orientação era estudar para executar.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Relativamente às Grandes Opções dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, disse que as colocava no mesmo patamar do orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, porque nas Grandes Opções do Plano para o ano 2019, o que estava referido relativamente aos reservatórios era que iria ser lançado o concurso para a elaboração do projeto, atualizando o existente, para os reservatórios de Ferrel e conduta de distribuição, e que o valor da obra estaria estimado em cerca de um milhão e meio, sensivelmente, e nas Grandes Opções do Plano para o ano 2022, estava no mesmo ponto, sendo que o valor estimado estava em um milhão e cinquenta mil euros.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Indicou que a opção era não fazer o projeto como inicialmente estava previsto, um depósito elevado e depósitos apoiados, portanto, os depósitos apoiados não são precisos construir ali, serão construídos em outro lado, o montante mencionado nas Grandes Opções do Plano para o ano 2022 seria para construir o depósito elevado, mas era uma questão técnica.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que a sua questão não estava no valor, estava no ponto de situação da obra, hoje era a mesma que em 2018, 2019, 2020 e 2021.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Explicou que o estudo já foi lançado e a execução da obra estava prevista para o segundo semestre, aliás, os projetos assumidos estavam todos a andar.

Deliberação n.º 62/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e duas abstenções (2), do membro eleito pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2022. (Doc. 35)

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2022:

A Assembleia passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 63/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e duas abstenções (2), do membro eleito pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2022. (Doc. 36)

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2022:

A Assembleia passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 64/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito pelo Chega, aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2022. (Doc. 37)

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS

**FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO -
MUNICÍPIO DE PENICHE:**

A Assembleia passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 65/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), pelo membro eleito pelo Chega:

1. Conceder autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara Municipal, conforme lhes caiba a autorização da despesa, previstos nas Grandes Opções do Plano para 2022, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos nas Grandes Opções do Plano para 2022, que não excedam os 99 759,58€ € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não excedam os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da LCPA. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal. (Doc. 38)

**10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA
ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS
FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO -
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:**

A Assembleia passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 66/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito pelo Chega:

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2021, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2021, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos

económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal. (Doc. 39)

11) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PAGAMENTO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE:

A Assembleia passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção:

Deliberação n.º 67/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, nos seguinte termos:

1 - Ao abrigo do artigo 24.º, da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, seja atribuído o Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos trabalhadores da carreira geral de assistente operacional, sujeitos à sobrecarga funcional, que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, nos serviços adicionais, conforme informação da Divisão de Obras Municipais, e respetivo parecer do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho em anexo;

2 - Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 09 de novembro, seja atribuído o Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos trabalhadores da carreira geral de assistente operacional, sujeitos à sobrecarga funcional, que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, pertencentes ao Setor de Asfalto, conforme respetivo parecer do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho em anexo;

3 - O suplemento de Penosidade e Insalubridade seja pago aos trabalhadores, correspondente aos níveis baixo, médio ou alto, respetivamente, com os valores diários de 3,36€, 4,09€ e 4,99€, em tantos dias quantos aqueles que forem efetivamente prestados pelos trabalhadores naquelas condições mediante o correspondente reporte mensal à Divisão de Administração e Finanças/Secção de Recursos Humanos, relativamente ao mês anterior;

3 - Em função das necessidades do serviço sejam apurados os níveis de risco diários a atribuir a cada trabalhador, nos termos do número anterior;

4 - O suplemento seja pago com efeitos retroativos a 01 janeiro de 2021 nos casos em que seja possível apurar os dias e as funções que foram efetivamente desempenhadas, mediante reporte à Divisão de Administração e Finanças/Secção de Recursos Humanos, à exceção do Setor de Asfalto, conforme decorre do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 09 de novembro. (Doc. 40)

12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO POSSAM CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE:

A Assembleia passou à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 68/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito pelo Chega, conceder autorização ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2022, até ao valor máximo de 25 000,00 € (vinte e cinco mil euros). (Doc. 41)

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 69/2021: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
